

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e nove de junho do ano de dois mil e dezoito.

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência, em regime de substituição, do Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes.

Ao iniciar a sessão, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Bem-vindos a mais esta Sessão da Assembleia Municipal.

Vamos dar início aos trabalhos e como já repararam hoje a Sra. Presidente da Mesa não está presente e por isso compete-me a mim como Primeiro Secretário fazer as vezes da Presidente. Para completar a Mesa da Assembleia Municipal iria chamar a Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa para exercer funções de Segunda Secretária e a Primeira Secretária da Mesa será a Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves.

A Mesa da Assembleia Municipal já está completa e por isso vamos fazer a chamada.”

De seguida a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Sra. Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, efetuou a chamada dos Membros deste Órgão e informou que a Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro não estava presente e solicitou substituição pelo que será substituída pela Dra. Patrícia Alexandra Tavares Santos.

Igualmente o Sr. Deputado Dr. Tiago Fernando Rolo Martins estava ausente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa.

O Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo também estava ausente e solicitou substituição tendo sido substituído pelo Sr. Luís Fernando Correia da Conceição Santos.

A Sra. Deputada Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas estava igualmente ausente e solicitou substituição tendo sido substituída pelo Eng.º Arménio Alberto Tavares da Silva.

Também o Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Eng.º José Carlos Marques estava ausente e foi substituído pelo Tesoureiro da Junta Sr. Américo Marques Figueiredo.

O Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, também estava ausente e foi substituído pelo Tesoureiro da Junta de freguesia Sr. Joaquim Adelino da Costa Garcia.

Também o Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira estava ausente e foi substituído pela vogal Dra. Ana Paula Vieira da Silva.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Passamos de seguida à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de vinte e sete de abril de dois mil e dezoito.

Há alguma alteração ao teor da ata? Não havendo alterações passávamos à votação da ata.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de verbas - Apoio às freguesias - Investimentos de capital 2018, no montante global de 254.816,00 € (duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos de dezasseis euros).

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Travanca de Lagos, como apoio à aquisição de um “braço - limpa bermas” para o trator da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros), mediante a celebração de um protocolo de cooperação entre este Município e a Freguesia de Travanca de Lagos.

IV - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021.

Seguidamente tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“No Período de Antes da Ordem do Dia a Mesa da Assembleia Municipal quer propor a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. D.ª. Bernarda Maria Fontes Matias que foi a última vítima dos incêndios de 15 e 16 de outubro.”

Efetuada a votação, a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o Voto de Pesar pelo Falecimento da Sra. D.ª. Bernarda Maria Fontes Matias.

Seguidamente tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“A Mesa da Assembleia Municipal quer também propor a aprovação de um Voto de Agradecimento à McDonald’s pela oferta das árvores e dos tratores

como forma de minimizar os prejuízos aos lesados dos incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017.”

Efetuada a votação, a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o Voto de Agradecimento à McDonald’s pela oferta das árvores e dos tratores aos lesados nos incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017.

Seguidamente tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Informo os Srs. Deputados que temos um pedido de intervenção do público e essa intervenção ocorrerá depois do Período de Antes da Ordem do Dia.

Queria avisar já de que as intervenções do público tem tomado grande parte desta Assembleia, porque toda a gente quer falar, mas nós não nos podemos esquecer que temos um Regimento um bocado rígido. As pessoas às vezes tentam contornar as coisas para nos dar a volta e nós às vezes aceitamos mas acho que já estamos a fazer algumas conceções a mais e isso não pode acontecer.

O artigo 20º do Regimento é referente ao período de intervenção de público e diz o seguinte: “1 - O período de intervenção do público terá a duração máxima de trinta minutos.

2 - Os cidadãos interessados em intervir no período de intervenção do público terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição junto dos serviços de apoio à assembleia municipal, referindo o nome, a morada e o assunto sobre o qual desejam intervir ou ser esclarecidos.

3 - O período de intervenção do público será distribuído pelos inscritos de modo a não ultrapassarem, em conjunto, a duração estabelecida no número 1 deste artigo.”

Depois o artigo 21º referente à forma e conteúdo de intervenção do público, e aqui é que está o cerne da discussão, diz o seguinte: “1 - As intervenções do público devem conformar-se dentro da urbanidade exigível aos membros da assembleia.

2 - As intervenções referidas no número anterior devem incidir sobre questões de natureza pessoal, social ou comunitária dos intervenientes, não podendo desviar-se para questões de natureza política de reserva dos membros da assembleia.

3 - No ato de inscrição a que se refere o n.º 2 do artigo anterior, os serviços de apoio da assembleia devem excluir, desde logo, as inscrições cujo assunto a tratar seja de natureza político-partidária.”

Temos aqui um pedido de intervenção que na minha maneira de interpretar não está em conformidade com o Regimento mas depois de falar com algumas pessoas vamos aceitar com urbanidade que fale sobre estes assuntos. Mas aviso que é a última vez que isto acontece porque a Mesa quando receber as inscrições para as intervenções do público vai verificar se estão em conformidade com o Regimento. Espero que isto fique bem claro e que não volte a acontecer nas próximas Assembleias.

Queria pedir-vos também que nos ajudassem para que esta Assembleia decorra bem mas sem aquelas exaltações que às vezes acontecem. Peço-vos que os tempos sejam respeitados e que os assuntos sejam discutidos com elevação.

Passaríamos de seguida às inscrições para as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia.”

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho aqui três Pontos para apresentar mas lamentavelmente um deles, e já não é a primeira vez que acontece, o visado nesta minha chamada de atenção não está presente, seria uma pergunta e uma constatação direta para a pessoa visada.

Começo por perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal como é que está o problema da limpeza das bermas das estradas. Na minha Freguesia está a decorrer uma limpeza mas há outras estradas que ainda falta limpar nomeadamente a estrada que liga Vale de Maceira a Chão Sobral. Agradecia que a limpeza das bermas da estrada Vale de Maceira/Chão Sobral não fosse esquecida.

Também quero questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre a substituição da sinalética. Sei que há tentativas por parte da Câmara Municipal para repor o mais rápido possível essas sinaléticas mas, se fosse possível, gostaria que nos esclarecesse sobre este assunto.

Quero também questionar o Sr. Deputado João Brito sobre a intervenção que ele fez na última Sessão da Assembleia Municipal onde visou os Presidentes de Junta. Por não ter tido oportunidade de o fazer naquele dia

aguardei para hoje precisamente para lhe dizer, porque “quem não se sente não é filho de boa gente”, e eu entendo que os Presidentes de Junta são também importantes na Política do Concelho. Se não fossemos nós a política no Concelho seria mais difícil, nós estamos perto da população, mas não gostamos de ouvir algumas coisas que às vezes nos desagradam. Fazer política é missão de todos nós mas temos que nos respeitar uns aos outros. Passo a citar aquilo que me chocou na intervenção do Sr. Deputado João Brito: “*Todos os Presidentes de Junta vão ter de explicar às vossas populações quando alguém tiver que ir numa ambulância para o Centro de Saúde de Arganil ...*” não me vou alongar mais porque todos nós temos isto na nossa ata.

Eu queria dizer ao Sr. Deputado João Brito o seguinte: Não foi graças a nós que a proposta da Moção não foi aprovada. Eu acho que ela não foi aprovada porque a proposta foi inadequada e não foi feita de forma a unir o Concelho em prol de um problema grave que é o Serviço de Saúde. A Moção não foi aprovada, e a culpa não é do PS, mas a culpa foi essencialmente do PSD.

Tenho de dizer, quando o Sr. Deputado João Brito diz que vamos ter de explicar às nossas populações, que era bom que os Senhores fossem às nossas Freguesias pôr este problema. Eu falo por mim, e certamente cada um falará por si, eu não me importo que vão à Freguesia de Aldeia das Dez e que vão dizer à população que o Presidente de Junta numa Moção, que deveria ser feita em moldes de união e não em desagregação, votou contra. Acho bem que vão lá! Não venham lá só na altura dos votos, só na altura das eleições, porque quando lá chegarem eles já não vos conhecem!

Desde os incêndios de 15 de outubro eu não vi lá ninguém preocupado com o Presidente da Junta, nem com o Executivo da Junta, nem com as pessoas afetadas, nem preocupados com todos os problemas inerentes ao que aquela tragédia nos trouxe. Eu não vos vi!

Também não vos vi no Centro de Saúde quando foi feita a contestação ao Serviço Nacional de Saúde, excetuando o CDS que teve a hombridade de estar connosco nessa luta.

Quando vos digo para aparecerem é porque os Senhores têm por norma e foi um hábito que se criou em dizer que o Executivo da Câmara só quer é festas mas eles vão às festas e também lá estão na altura das tragédias. Portanto tanto nos acompanham no bom como nos maus momentos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Vou ser muito breve. O assunto que me traz aqui está relacionado com um regulamento que foi aprovado aqui há algum tempo e é sobre a taxa de saneamento. Há cerca de dois meses começou a aparecer nas faturas da água uma taxa de saneamento de águas residuais a pessoas que não têm rede de saneamento na sua zona. Nós sabemos porque é que isso acontece, sabemos que é uma recomendação da ERSAR, mas na verdade algumas pessoas têm-se dirigido à Junta de Freguesia, e penso que não foi só à de Lagares da Beira, e nós lá vamos explicando. Sabemos que esta taxa é compensada com três limpezas de fossas por ano totalmente grátis para quem as requisitar.

Por isso gostaria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal nos explicasse aqui, mais uma vez, a razão desta taxa para que não haja qualquer dúvida.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Temos que elogiar quando se faz bem e temos que reclamar quando está mal. Por isso quero congratular-me com as obras da Estrada da Beira que estão a decorrer a bom ritmo. Finalmente vamos ter uma acessibilidade condigna com Oliveira do Hospital.

Ficará a faltar o IC6 mas também sabemos que o Sr. Ministro das Infraestruturas, há pouco tempo, foi confrontado com a situação pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e deu a garantia que o projeto de execução será lançado ainda este ano. Portanto, vamos esperta que essa promessa se concretize.

As obras na Estrada Nacional 17 causaram muito transtorno mas também não podemos esquecer que as intempéries contribuíram para que a obra se tivesse atrasado.

Também não podemos esquecer que por baixo daquele tapete de alcatrão, entre a Reta da Salinha, Vendas de Galizes e Catraia de São Paio, estão enterrados cerca de um milhão de euros em obras de Saneamento Básico. Esta é uma obra muito importante e já esperada há muitos anos. É um investimento que não se vê mas é um facto, aquelas localidades não tinham saneamento. A Câmara Municipal esteve por isso muito bem em avançar com este investimento.

As obras de saneamento também contribuiu para que as obras na requalificação da Estrada Nacional 17 atrasassem.

Por último, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, qual o ponto da situação das obras na Estrada Nacional 230 entre Vendas de Galizes e o termo do Concelho em Alvôco das Várzeas? Esta estrada está muito perigosa e tem o seu piso muito estragado.

Também tenho que elogiar a Câmara Municipal pelas obras efetuadas na estrada entre São Sebastião da Feira e a Ponte das Três Entradas. Esta estrada já teve várias intervenções e acho que finalmente é uma obra que vai ficar segura para o futuro, por isso, estão de parabéns.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero aproveitar esta minha intervenção para apresentar duas questões.

Primeira questão: Alguns empresários deste Concelho estão com grande dificuldade em encontrar pessoal para trabalhar nas suas empresas. Tendo em conta o grande número de pessoas inscritas no IEFEP, que estão ocupadas em medidas de emprego-inserção (CEI e CEI+), questiono:

Quantas pessoas estão, neste momento, ocupadas na Câmara Municipal abrangidas pelas medidas de emprego acima referidas?

Que medidas é que a Câmara Municipal vai tomar para atrair e fixar pessoas neste Concelho e, deste modo, ajudar os empresários a ultrapassar esta dificuldade?

Segunda Questão: Gostaria de chamar a atenção para alguns constrangimentos referentes à Central de Camionagem:

1 - Saída da Central de Camionagem para a Av. Dr. Carlos Campos é obrigatório cortar à direita. Proponho a possibilidade de abrirem uma exceção para que os transportes públicos/coletivos (autocarros e táxis), e só para eles, poderem cortar à esquerda, ou seja para que possam cortar nos dois sentidos.

O facto dessa situação originar a invasão das duas faixas e condicionar o trânsito, não é diferente da situação de, especialmente autocarros de maiores dimensões, também terem de invadir as duas faixas, ao entrarem, nesse mesmo local, para a Central de Camionagem.

2 - Especialmente em época de festas e eventos, tal como a EXPOH, a zona de embarque e desembarque servir de estacionamento, por exemplo, para carros pertencentes a pessoas ao serviço do Município, à Fanfarras dos Bombeiros ou à Alta Frequência. Já aconteceu chegarem autocarros cerca das vinte e duas horas e trinta minutos e não terem espaço para estacionar na zona de embarque e desembarque nem em segurança para os passageiros nas

imediações. Por esse motivo são obrigados a irem, através da estrada de terra batida até à rotunda dos Bombeiros/Praça Comandante Manuel Serra, em direção à Av. Dr. Carlos Campos e o condutor só considerar seguro para os passageiros descerem depois da Rotunda/Monumento dos Empresários.

3 - As empresas de camionagem foram advertidas pelo Município que, fora do horário de serviço, não podem deixar os autocarros estacionados na zona de embarque e desembarque. Por essa razão, os autocarros ficam estacionados nas imediações indo só para a zona de embarque pouco tempo antes do horário de partida, permanecendo os condutores dentro dos mesmos. Durante a EXPOH o estacionamento nas imediações está interdito aos autocarros. Em que local é que os autocarros podem ou devem estacionar?

4 - Devia ser interdito o estacionamento a veículos privados junto à zona de embarque pelo perigo dos autocarros, quando fazem marcha atrás, poderem atropelar os ocupantes ao saírem dos carros ou irem contra os veículos.

5 - O estacionamento irresponsável de alguns condutores, privados, nas imediações da Central, já dificultou e atrasou a saída de autocarros da zona de estacionamento. O estacionamento nesse local devia ser fiscalizado e regulado.

6 - Por vezes, camiões da TIR avariados são consertados debaixo do coberto da zona de embarque, prejudicando a normal circulação dos autocarros e dificultando o acesso aos passageiros.

7 - Na Zona dos Táxis, embora exista a marcação de vários espaços de estacionamento, a placa só diz “Táxis” e não descreve o número de lugares. Para estacionarem os táxis passam no meio dos autocarros. Pode ser estudada a possibilidade da Zona de Táxis passar para outro espaço?

8 - Não existe nenhuma sala para os condutores poderem estar e descansar. Ficando, muitas vezes, dentro dos autocarros a sofrerem as agruras do calor no verão e do frio no inverno.

9 - Quando os condutores precisam de meter água nos autocarros têm de trazer bidons de água de casa.

10 - Os quartos de banho encerram antes da chegada do autocarro das vinte e duas horas e trinta minutos e, aos domingos, abrem depois do primeiro autocarro, às sete horas e cinquenta e cinco minutos, partir. Alguns passageiros dos autocarros de serviços ocasionais/excursões também sofrem do mesmo problema de falta de acesso aos quartos de banho devido ao encerramento dos mesmos.

11 - Tendo em conta todas as pessoas que utilizam esses quartos de banho eles deviam ser higienizados mais vezes ao dia.

12 - Por vezes, quando o autocarro das vinte e duas horas e trinta minutos chega e principalmente no inverno aos domingos quando o autocarro das sete horas e cinquenta e cinco minutos parte, a iluminação da zona de embarque está desligada.

13 - No tempo das chuvas a estrada de terra batida fica cheia de buracos causando transtorno aos passageiros e danificando os autocarros. Sendo um ponto de passagem para os passageiros da Interbeiras e da Rede Nacional de Expressos, na minha opinião, causa uma má imagem de Oliveira do Hospital. Está prevista a solução para este problema?"

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Quero começar por agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao seu Executivo, e à comissão que superintende a Bandeira Azul por mais um ano na atribuição desse símbolo à nossa Freguesia. Este ano, porque é o quinto ano com Bandeira Azul, é atribuída a Bandeira de Ouro, o que muito nos orgulha.

A Junta de Freguesia agradece todo o esforço para a conquista deste galardão. Aproveito para convidar todos os Presidentes de Junta e todos os Membros da Assembleia Municipal para estarem no domingo em Alvôco das Várzeas para a cerimónia do içar da Bandeira Azul e conseqüentemente da Bandeira de Ouro na Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas.

Pedir ao Sr. Presidente da Câmara a requalificação e limpeza do caminho de acesso à Praia Fluvial o mais breve possível.

O Sr. Deputado José Ferreira já falou aqui na Estrada Nacional 230 mas eu também trazia aqui um pequeno apontamento sobre essa estrada. A Estrada Nacional 230 está uma vergonha. A culpa não é do Sr. Presidente da Câmara Municipal, toda a gente sabe disso perfeitamente, mas pedia ao Sr. Presidente que intercedesse junto das Estradas de Portugal para que aquela estrada fosse arranjada principalmente na entrada de Alvôco das Várzeas. As Estradas de Portugal fizeram uma pequena intervenção para desentupir os aquedutos e os montes de terra que deixaram ficar agora estão cheios de ervas e parecem serras de lixo. Penso que a Câmara tem algum poder para exigir às Estradas de Portugal uma intervenção porque as Estradas de Portugal exigiram à Câmara Municipal que limpasse uma pequena valeta que havia na estrada do Rio de Mel. Se as Estradas de Portugal exigem uma intervenção numa valeta que tem vinte ou trinta metros penso que neste momento a Câmara Municipal está em

posição de exigir às Estradas de Portugal que requalifique também toda a aquela zona que lhes pertence.

Li na comunicação social há uns tempos que a obra na Estrada Nacional 230 ia a concurso para ser requalificada ainda este ano e por isso gostaria de saber se efetivamente essa requalificação está prevista e em que data é que será feita.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Limpeza das bermas nas estradas e caminhos municipais - Volvidos oito meses daquele que foi designado como o maior incêndio de sempre, aquele que levou vidas e mostrou a fragilidade da nossa condição humana face à brutalidade das forças da natureza, pensámos, por diversas vezes, que este acontecimento dar-nos-ia a oportunidade de melhorarmos as nossas condições de segurança, de revermos o nosso plano de emergência, de analisarmos os mecanismos que ao nível da proteção civil falharam, de olharmos para a nossa floresta e organizarmo-la de forma segura e menos combustível, de reerguermos o nosso Concelho tornando-o um Concelho seguro e com futuro.

Olhando ao nosso redor não é isso que se verifica e, não fora as árvores que ainda se mantêm negras em extensões sequer mexidas, pareceria que nada de tão grave afinal aconteceu.

Sr. Presidente responda e informe esta Assembleia que avaliação e propostas de alteração foram feitas ao Plano de Emergência do Município face à situação de crise vivida.

Que moralidade tem o Município de imputar coimas por falta de limpeza de terrenos, quando o nosso Concelho está hoje pior do que no passado no que diz respeito à limpeza de estradas e caminhos municipais verificando-se que, nalgumas bermas, o mato atinge já mais de dois metros de altura?

Em contrapartida, noutros concelhos onde aconteceu uma tragédia semelhante à nossa, há já vários Presidentes de Câmara a serem constituídos arguidos pelo não cumprimento da lei, lembro também que o governo apertou o cerco aos privados para impor a limpeza dos terrenos para que tragédia semelhante não se volte a repetir.

São efetivamente os privados que apesar das dificuldades com que o fazem, têm cumprido e mostrado a sua responsabilidade na limpeza dos seus terrenos.

Pergunto, se o Município tiver que substituir os privamos na limpeza dos matos, como a lei o impõe, com que legitimidade V. Exa. o pode fazer?

Do ponto de vista humano, outra questão que gostaria que o Sr. Presidente respondesse, informando desta forma todos os Munícipes e Deputados desta Assembleia, quantas habitações já foram adjudicadas e quantas foram concluídas e entregues às pessoas que foram vítimas do incêndio?

Relembro que até a Federação Portuguesa de Futebol já foi mais célere a entregar uma habitação no nosso Concelho.

Como pode o Sr. Presidente dizer que em primeiro lugar estão as pessoas se estas vêm o tempo passar sem que as suas necessidades primárias estejam resolvidas face às intransigentes burocracias do sistema, sem que tenham uma equipa técnica de crise a auxiliar a consecução dos seus projetos?

Quantos casos de saúde mental foram diagnosticados e que encaminhamento está a ser facultado às pessoas?

Estas preocupações deveriam estar latentes no seu executivo antes de encetar o período das festas como se nada tivesse acontecido, atribuindo indiscriminadamente verbas para atividades festivas quando as suas populações passam fome e vivem situações de desespero face à falta de resposta às suas necessidades primárias, como o direito à habitação e à saúde.

Saúde - No que concerne à saúde, gostaria que o Sr. Presidente informasse esta Assembleia, e todos os seus Munícipes, como estão a decorrer as negociações com a ARS do Centro para encontrar uma solução para o problema de Oliveira do Hospital?

Todos fomos informados pela comunicação social que é intensão do PS e deste Executivo a transferência das urgências para a Fundação Aurélio Amaro Dinis. Apesar do PSD não concordar e entender que este serviço se deveria realizar no SAP de Oliveira do Hospital, entendemos que em primeiro lugar está a saúde dos Oliveirenses, que se sentem fragilizados face a esta política de transporte dos pacientes para Arganil e conseqüentemente para Coimbra, ou pior, para Seia e se necessário para a Guarda e muitas vezes, ainda da Guarda para Coimbra.

O PSD entende que o importante neste momento é garantir a saúde dos Oliveirenses, e se esta transferência de competência do SAP para a FAAD for impeditivo de todas as peripécias que as pessoas, em situação de doença, têm de passar, então que se cumpra a vontade do PS e do Executivo.

Estacionamento Subterrâneo - O Estacionamento subterrâneo foi construído nesta cidade para fazer face à falta de estacionamentos que já há algumas décadas a cidade evidenciava. Desde a sua criação, este espaço tem sido utilizado para vários eventos e continua ininterruptamente a ser utilizado para eventos que não têm a ver com a sua utilidade. E não nos referimos à recente e nobre utilização para recolha de produtos para as vítimas dos incêndios. Fazemos referência é ao facto de após decorridos oito meses, o parque continue fechado aos Oliveirenses, pese embora reúna condições para a realização de eventos festivos que nada contribuem para o bem-estar dos habitantes da cidade, nem para a promoção do centro da cidade que se vê privada de um número considerável de estacionamentos.

Desta forma, sugiro ao Sr. Presidente que nos esclareça sobre este assunto e informe para quando a sua reabertura como parque de estacionamento e não como local de eventos festivos?

Pavimentação das bermas na EN 17 - Sr. Presidente, sabemos que se deslocaram técnicos das Estradas de Portugal Centro Norte e que os mesmos reuniram com membros do Executivo Camarário. Considerando que foi feita a pavimentação de bermas em alguns locais ao longo da EN17, e que não estão a ser aplicados os mesmos critérios nos diversos locais, nomeadamente pelas várias Freguesias que atravessa a EN 17, concretamente a Freguesia de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, pergunto se este assunto foi também abordado com os referidos técnicos. Questionamos, portanto, para quando a retificação desta situação a fim de ser reposta a equidade de tratamento, pois todos os utentes fazem parte de um Concelho que o senhor preside, tendo por isso a responsabilidade de ser Presidente de todos de forma justa e imparcial.

Passagem aérea na EN 17 junto à Davion - Em setembro do ano de dois mil e dezassete, ocorreu um acidente na EN 17, junto à empresa Davion, do qual se lamenta uma vítima mortal. À data dos factos, o Sr. Presidente referiu que aquela zona era uma zona muito problemática e movimentada devido ao elevado volume de trânsito, e pessoas que ali circulavam pela localização de uma grande empresa (Davion), o supermercado Lidl, assim como outros espaços comerciais. Adiantou nessa altura que para que se evitassem mais tragédias semelhantes à ocorrida que ia avançar com uma proposta às Infraestruturas de Portugal para a construção de uma passagem aérea para peões. Como não podemos continuar a enganar constantemente as pessoas criando-lhe expectativas, questiono o Sr. Presidente sobre o andamento desta proposta. Aproveito ainda para alertar este Executivo que apesar de não só a

vossa promessa não ter sido concretizada, como os semáforos desta zona problemática a nível de acidentes continuem sem funcionar a maior parte do tempo. Caso para afirmarmos que este executivo não consegue aprender com os erros, nem mesmo os escandalosamente evidentes, como os vários que tenho vindo a evidenciar na minha intervenção.

Instalação de um “Call Center” da Altice em Oliveira do Hospital - E por falar de erros, chamo à atenção do Executivo para outro, também ele escandaloso pela forma como tem sido usado para ludibriar todos os oliveirenses. Refiro-me especificamente à instalação de um “Call Center” da Altice e com a anunciada criação de duzentos postos de trabalho. Seria iniciado o projeto com cinquenta postos, sendo que a cedência do espaço, no edifício do Mercado Municipal, teria um aluguer que desceria em função do aumento do número de funcionários.

Ora, Sr. Presidente, todos sabemos que naquele espaço nunca trabalharam cinquenta funcionários e, presentemente, não trabalharão mais de trinta pessoas. Considerando que face ao acordado está cumprido apenas 15% daquilo que foi anunciado, gostaria que nos esclarecesse relativamente às medidas que o Executivo tomou para corrigir esta situação com a empresa.

O PSD não aceita que este executivo aceite oferta de almoços de empresas cujo favorecimento nos parece evidente e corrompe os princípios da transparência e imparcialidade que norteiam um organismo público. A empresa não está a cumprir o estipulado no acordo e continua a beneficiar do Mercado Municipal a preço simbólico. Temos noção do quão importante é o emprego para as famílias Oliveirenses, mas não podemos compactuar com esta situação ilusória de falsas promessas.

Tudo isto, Sr. Presidente, porque o PSD está atento e estará sempre ao serviço dos seus eleitores e de todos os cidadãos deste Concelho.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa, que fez a seguinte intervenção:

“Como é do vosso conhecimento, e contra a vontade de alguns, vá-se lá saber porquê, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital será responsável pelas obras de requalificação da Escola Sede do Agrupamento de Escolas. Tendo em conta alguns atrasos no processo burocrático que antecedem essas mesmas obras gostaria de colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara: Em que ponto é que se situam esses mesmos processos?

Inicialmente vinha somente colocar aqui esta questão mas, e isto está a tornar-se um hábito, depois de ouvir algumas intervenções não me consigo conter e tenho que dirigir algumas palavras aos Senhores Deputados:

À Sra. Deputada Maria Alice Antunes Mendes Gouveia do CDS gostaria de a convidar a visitar a Central de Camionagem de Coimbra, Lisboa, Tábua, Seia de Arganil, ai não! Arganil não tem!

Gostaria de a convidar a visitar essas Centrais de Camionagem para ver o que é uma Central de Camionagem fora de Oliveira do Hospital. Oliveira do Hospital é capaz de ter a melhor Central de Camionagem aqui da zona. Se compararmos a nossa Central de Camionagem com a de Lisboa, que é a capital do País, e com a de Coimbra, a nossa Central de Camionagem está anos-luz à frente.

Também gostaria de dirigir umas palavras ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito para lhe dizer que o Sr. Presidente da Câmara cá estará para lhe dar as devidas respostas mas quando fala em Festas do parque subterrâneo e diz que não são importantes para a vida noturna de Oliveira do Hospital ou que não são importantes para a vida cultural de Oliveira do Hospital. Quando fala de investimentos da Câmara em Festas em detrimento de opções que beneficiem os cidadãos Oliveirenses no suprir de necessidades básicas é porque está completamente desfasado da realidade. O que diz é falso! A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital nunca colocou nenhum evento festivo à frente dos interesses e das necessidades básicas dos cidadãos de Oliveira do Hospital tal como podemos verificar no cartaz da EXPOH deste ano onde há um claro desinvestimento devido a essas mesmas necessidades e devido à prioridade que está bem estabelecida dentro deste Executivo.

Dizer ainda ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que é certo que estavam habituados a oito anos de governação neste Município muito parados, e se calhar até gostava, mas nós não! É certo que evento festivo a toda a hora não é bom mas quando diz que uma festa no parque subterrâneo não promove a vida no centro de Oliveira do Hospital e não são importantes para a vida cultural em Oliveira do Hospital então o que é que há de promover? Não percebo!”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Numa altura em que já passaram cerca de nove meses das calamidades dos incêndios de 15 de outubro cumpre ao CDS-Partido Popular como força

representativa no Concelho esclarecer dúvidas para compreender o presente e fomentar o debate sobre o futuro de Oliveira do Hospital.

É pois sabido que do Cadastro Predial realizado um ano antes do incêndio que se assolou sobre nós revelou, já à época, números preocupantes para o setor tradicional e significativo no nosso Concelho. Afinal 40% do nosso território florestal é propriedade incógnita e não se lhe conhecendo dono.

Ora, sendo domínio de um política florestal concisa, algo que ultrapassa as competências políticas do Município, não é menos verdade que a legislação atual não só prevê como recomenda uma intervenção da autarquia nesses casos omissos.

Assim, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se há, ou não há, uma estratégia pensada de intervenção camarária num setor que nos é tão caro e que dada a geografia tanto nos pode dar de forma a valorizar diversos terrenos abandonados e a recuperar a dignidade de um setor tão negligenciado nos últimos anos em Oliveira do Hospital.

Por outro lado se sobre agricultura não se ouviu falar o Partido Socialista nas últimas Eleições Autárquicas, ouvimos falar o Sr. Presidente de habitação, escutámo-lo com atenção, tendo prometido, e bem, porque para esse ponto também a nossa candidatura apresentou soluções idênticas, a reconstrução de várias habitações nas aldeias nos arrabaldes do Concelho e nas suas Freguesias limítrofes destinada a estimular a chegada de novos habitantes ao Concelho mas também para conferir uma dinâmica renovada a várias aldeias cuja população tem decrescido progressivamente.

Tendo sido com esse programa que ocupa o cargo que desempenha perguntava-lhe se o Executivo tem conhecimento, e tendo, se já realizou alguma candidatura no sentido do Programa FEMA. Um Fundo disponibilizado no desenrolar dos incêndios que nos vitimizaram e que dadas as funestas vicissitudes que o incêndio nos trouxe colocariam uma putativa candidatura do nosso Município numa posição privilegiada para receber esse financiamento.

Por último, deixar aqui uma nota ao Sr. Presidente que se tem escutado pelas ruas alguns rumores incomodativos referente à gestão municipal dos bens doados. Sobre isto, em nome do Partido Popular, queria deixar algumas considerações:

Primeiramente de forma natural um voto de reconhecimento do CDS-Partido Popular para com a infindável solidariedade dos nossos compatriotas que se consubstanciou em toneladas de bens doados.

Posto isso, deixar também nota que não queremos ser caixa-de-ressonância de tais rumores maledicentes, queremos apenas aproveitar o ensejo para que o Sr. Presidente aproveite para sossegar, e sobretudo esclarecer, os nossos cidadãos à cerca da transparência e cautela com que esta matéria parece ser gerida, sugerindo também ao Executivo, pois tal não foi encontrado até agora por nós, a lista de bens que foi doada aos Oliveirenses, o que foi dado, a quem foi dado e também o que falta dar.

Afinal, esperamos que o Executivo não tenha tido em circunstância alguma a desfaçatez de fazer política com os bens doados pelos Portugueses e com a tragédia que se abateu sobre nós.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Efetivamente, pensei eu, quando comecei a assistir a esta Sessão da Assembleia Municipal, que não é efetivamente para fazer política rasteira que nós aqui estamos. Pelos visto engano-me!

Percebemos claramente que ao contrário do que publicamente se apregoa, ao contrário do que publicamente se diz não crer mas percebemos que isso são estratégias e que são figuras de estilo. Percebemos isso, todos!

Meus amigos, estar aqui e fazer política na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital é muito mais do que recorrer a figuras de estilo.

Meus amigos, se não estamos cá para fazer política rasteira então em vez de o apregoarem não o façam.

Depois, dizer que ouvi atentamente as diversas intervenções, entre elas a da Sra. Deputada Maria Alice Antunes Mendes Gouveia do CDS, que saúdo porque não tive ocasião de o fazer na última Sessão da Assembleia Municipal. Reconheço as preocupações, entendo-as mas, cara Lili, como sempre a chamei, devo-lhe dizer que me fez lembrar um bocadinho aqueles miúdos de treze e catorze anos que de repente dão um pulo e passam de um metro e quarenta e cinco para um metro e setenta e oito, a isso chamam-se dores de crescimento. Quem rapidamente passa de um metro e quarenta e cinco para um metro e setenta e oito sofre, por regra, de dores de crescimento.

O que é que nós assistimos em relação à Central de Camionagem? Assistimos efetivamente a tempos em Oliveira do Hospital, em que qualquer pessoa que quisesse apanhar um autocarro ficava à chuva, ao sol, ao frio, ao calor, sem hipótese de ir a uma casa de banho, sem iluminação, a não ser a

iluminação pública dos postes que estavam exatamente por cima da paragem que temos aqui praticamente em frente ao Café Jardim, assistimos a tudo isto.

Neste momento, felizmente, e não tendo a melhor Central de Camionagem do mundo, temos uma Central de Camionagem digna, que poderá ter problemas de funcionamento, acreditamos que sim, que poderá ser melhor aproveitada e potenciada, acreditamos que sim, mas que existe.

Foi importante a intervenção da Sra. Deputada por diversas razões, desde logo porque enumerou de forma bastante exaustiva uma quantidade de problemas que de certeza o Município levará em linha de conta e poderá obviamente melhorar o funcionamento. Mas, mais uma vez refiro, a isto chamam-se dores de crescimento.

Depois, e relativamente à intervenção do Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, comecei por pensar que me tinha baralhado na data. Pensei que estávamos em junho de dois mil e vinte e um. Pareceu-me que estávamos em junho de dois mil e vinte e um mas depois percebi que não. Afinal de contas ainda estamos em dois mil e dezoito. A linguagem que aqui foi utilizada foi claramente uma linguagem pré-eleitoral. Não sei se se preveem algum tipo de eleições breves! Eleições Autárquicas, não me parece! Mas efetivamente pareceu-me muitas coisas interessantes que não vou responder mas pareceu-me que a linguagem foi claramente pré-eleitoral.

A minha intervenção foca-se numa das questões que foi aqui levantada e que tem a ver exatamente com as habitações. Foi aqui perguntado pelo Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito quantas habitações já foram intervencionadas e quantas habitações já foram entregues, um bocadinho como se esta obrigação ou esta competência, que é a obrigação e competência de requalificar, reconstruir e entregar habitações aos Municípios que foram afetados e que viram as suas habitações de alguma forma afetadas pelo fogo, fosse da Câmara Municipal. Não é, não é da Câmara Municipal!

O que a Câmara Municipal faz, e faz bem, é dar o apoio possível, nomeadamente do ponto de vista técnico e em termos de projeto, para que mais rapidamente se possa fazer, mas não é a Câmara Municipal que paga, que subsidia ou que eventualmente leva a cargo a reparação ou a requalificação de qualquer habitação, seja ela primeira ou segunda habitação. Ainda assim percebe-se a preocupação do Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, e a preocupação é obviamente de todos, e aquilo que eu gostaria de saber e que gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara é o seguinte: Qual o ponto de

situação na recuperação das primeiras habitações que foram afetadas pelos incêndios em Oliveira do Hospital?

Questionar também porque é que nenhuma dessas obras foi adjudicada a empresas do Concelho? Sabemos que a empresa que foi contratada para realizar essas obras não é do Concelho.

Seguidamente a minha pergunta tem a ver com uma questão simples: Tem-se ouvido falar muito, nomeadamente no poder central, a propósito da recuperação das segundas habitações e de como os Municípios deverão auxiliar, subsidiar inclusivamente, a reconstrução das segundas habitações. Percebe-se que foi criado um Fundo para que os Municípios possam recorrer mas a ideia que se dá é que existem Fundos do poder central para que se possa fazer face a essas reconstruções. Eu gostaria de saber se é verdade ou da possibilidade que os Municípios têm de recorrer a esses Fundos?

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui hoje são algumas dúvidas e preocupações sobre determinadas declarações do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

A primeira tem a ver com a requalificação do Agrupamento de Escolas que está previsto, nomeadamente sobre o ultimato em que dizia que *“se estas obras não avançarem na próxima semana que a Câmara Municipal iria sair da sua participação e passava a inteira responsabilidade para o Ministério”*. Este ultimato mantém-se? Sim, ou não? Ou foi apenas um desabafo!

A segunda é sobre o anúncio de que a Câmara Municipal irá alienar a quota que tem na BLC3. Gostaríamos de saber se esta já avançou? Sim, ou não? Sobre este tópico, Sr. Presidente, dizer-lhe ainda que quando afirma que *“o Município tem tido uma intervenção residual na BLC3 e não a tem subsidiado com nenhuma verba”* isto não corresponde, de todo, à realidade visto que a Câmara Municipal, portanto o dinheiro de todos nós, já investiu cerca de um milhão de euros nesta.

A terceira é sobre os avanços, ou não, do processo IC6. Houve alguma reunião com o Sr. Ministro desde a última Assembleia? Sim, ou não? Houve algum avanço neste processo? Todos nós bem nos lembramos das declarações do passado, em que era afirmado que este Itinerário tem finalmente todas as condições para poder avançar a breve trecho, e ainda que o concurso para o projeto de execução iria ser lançado no mês de julho, isto referente a dois mil e

dezassete. Em suma, podemos concluir que têm sido declarações a mais e realizações a menos.

Dizer ainda que lamentamos que o Concelho tenha ficado este ano uma vez mais fora das Empresas Gazelas que foram atribuídas pela entidade CCDR. Isto significa que, na Região Centro, Oliveira do Hospital não subseguiu atrair empresas jovens, isto é empresas com elevados ritmos de crescimento e contribuindo assim fortemente para a criação de emprego. Sobre esta matéria o Executivo continua, infelizmente, a assobiar para o lado. E isto não é dor de crescimento é, sim, uma tristeza da falta dele!

Em matéria de atração de investimentos temos vindo aqui a apresentar ao longo dos mandatos algumas propostas que pudessem ajudar a ser o ponto de partida para a criação no nosso Concelho de um ecossistema das novas tecnologias, como por exemplo o projeto que aqui foi anunciado no último mandato da Academia de Código. Esta poderia muito bem servir de âncora para a atração de empresas nas áreas do digital que valem, como todos sabemos, milhões. Teríamos assim para oferecer mão-de-obra qualificada que é essencialmente isto que estas empresas procuram para se fixarem mas até à data, nada. Preferimos andar todos entretidos com os eventos recreativos.

Para finalizar, meus Senhores e minhas Senhoras, gostaríamos de deixar aqui mais um singelo contributo proativo e que consiste na realização das diligências que fossem necessárias para que no nosso Concelho fossem implementados Postos de Carregamentos públicos para carros elétricos. É um mercado que está a ter um crescimento acentuado na indústria automóvel, quer a nível Nacional e até mesmo em Oliveira já se veem alguns, e o Município tem, pelo menos, um carro, quer também por razões económicas, quer pelo preço dos combustíveis, quer pelo uso crescente que no futuro esta tecnologia vai ter, pensamos que são razões mais do que suficientes para que Oliveira do Hospital possa ter no seu Concelho um Posto de Carregamento público para estes carros.

Mesmo para terminar, falar em preços, e permitam-me recuar um pouco no tempo, e recordar uma intenção defendida pela então Ministra do Ambiente, Eng.^a Dulce Pássaro, e atual Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, sobre a inevitabilidade e aumento do preço da água para consumo. Sobre esta ideia gostaríamos de lhe perguntar, Sr. Presidente da Câmara, se defende o mesmo, isto é, defende o aumento do preço do tarifário da água para os consumidores no Concelho? Sim, ou não?"

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Dirijo-me primeiro ao Sr. Presidente da Mesa interino para que a Mesa nos possa informar do ponto de situação relativamente à decisão que esta Assembleia Municipal tomou de doar as Senhas de Presença e as respetivas ajudas de custo a favor da Conta Solidária do Município. Houve um compromisso ético assumido aqui por todos, houve um compromisso feito em liberdade, e acho que era importante perceber o ponto de situação, se todos já o fizeram, se não o fizeram importava que, de facto, o fizessem.

Depois, uma segunda questão que me parece também importante: Os próximos tempos abrem-nos uma janela de oportunidade. Ou seja, como se sabe as Autarquias têm direito histórico sobre a concessão de distribuição de eletricidade em baixa. Esta concessão de eletricidade em baixa esteve durante muito tempo concessionada à EDP. Estes contratos estão a terminar um pouco por todo o País e, portanto, abre-se-nos aqui a possibilidade de renegociar estes contratos, seja a título individual, seja na Comunidade Intermunicipal, e por via disto encontrar novas formas de receita. Aquilo que eu gostava de saber era se já estamos nesse campo da negociação e o que é que está a ser feito nesse capítulo?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara, venho aqui dar uma sugestão ao Executivo Municipal. Já aqui foi tocada em duas intervenções a questão da limpeza da berma das estradas. Obviamente que as coisas este ano não estão fáceis, todos nós sabemos isso, e não é só para o Executivo Municipal, é também para as Juntas de Freguesia, nomeadamente a questão dos caminhos agrícolas, dos estradões. Não está fácil, a situação!

Não está fácil porque contrariamente àquilo que a Sra. Deputada Maria Alice Antunes Mendes Gouveia falou, não há tanta gente assim para trabalhar no Concelho como pensa. Não há mão-de-obra! Temos muito pouca mão-de-obra disponível. Essa é que é questão no Concelho de Oliveira do Hospital! Obviamente que é um bom sinal, e já foi bem pior do que é hoje.

Portanto, isto é um bom sinal e, com certeza, nem todos percebem o que é que eu quero dizer. É muito difícil arranjar gente para trabalhar. E o Executivo Municipal também tem tido dificuldades em arranjar empresas para fazerem a

limpeza das bermas das estradas, assim como nós, Presidentes de Junta, também temos dificuldade em arranjar pessoal para limpar caminhos agrícolas. Só quem realmente não sabe o que se passa é que pretende fazer política barata quanto a este assunto. Depois o Sr. Presidente responderá a isso mas, de qualquer forma, quero fazer-lhe uma sugestão. A sugestão que lhe faço, eu vou fazê-lo também, é para que nas vias de comunicação, que não são da responsabilidade da Câmara Municipal, que estão também uma vergonha, e isto é por todo o lado não é só aqui, mas devemos pressionar as Infraestruturas de Portugal para que cumpram com a parte que lhes compete. Nós vamos tentar fazer a nossa parte mas eles também têm que fazer a deles. Eu sugiro que a Câmara Municipal oficie as Infraestruturas de Portugal porque eu vou fazê-lo também.

Sr. Presidente, eu folgo em ver o início das obras no antigo Colégio Brás Garcia de Mascarenhas onde surgirá o novo Centro Cultural de Oliveira do Hospital. Aquele é um espaço que também me foi querido, tal como o foi a muitos Oliveirenses e também a muito boa gente de fora do Concelho que também frequentou aquele Colégio. Folgo em saber que aquele espaço vai ser dignificado, é um excelente projeto da Câmara Municipal, para aí nascer o novo e moderno Centro Cultural para Oliveira do Hospital e para a sua população. Está de parabéns, Sr. Presidente da Câmara. Seguramente que outras obras se seguirão mas, particularmente ali, porque é um edifício emblemático para muita gente de Oliveira do Hospital, é bom que finalmente se tenha dado a volta àquela situação até pela finalidade que vai ter.

Continuamos a ouvir vários intervenientes da nossa oposição e para se fazer oposição também é preciso saber-se fazer oposição: Continuamos a falar nas Festas e eu quero dizer ao PSD, e não me refiro concretamente a A,B, ou C, eu refiro-me ao PSD, porque eles pensam todos da mesma forma, e nós sabemos bem como é que eles pensam, e qual é o tipo de política que fazem. Antes deste Executivo entrar para a Câmara Municipal o problema era outro em Oliveira do Hospital porque nem se utilizava o parque de estacionamento subterrâneo para festas, nem se utilizava o Parque do Mandanelho para festas, não se utilizava nada para festas. E porquê? Porque pura e simplesmente não eram feitas, não existiam, não tinham jeito para as fazer nem as sabiam fazer. Oliveira do Hospital parecia uma aldeia e não parecia uma cidade desenvolvida e aberta. O vosso problema é esse, nós sabemos! O vosso problema é a popularidade que estas festas têm. Nós sabemos qual é o vosso problema!

Relativamente à intervenção do CDS eu só quero dizer o seguinte: É muito triste e lamentável que um jovem que vem aqui acenar com desgraças que

se passaram no Concelho, com donativos que foram dados às pessoas e sem olhar a quem, e que venha aqui acenar e dizer que se andaram a dar os donativos para fazer política? O menino tem muito que crescer, tem muito que pensar com a cabeça. Cresça!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“Nesta minha intervenção quero também falar sobre alguns problemas, que já aqui foram referidos pelo meu colega Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira. Refiro-me concretamente aos problemas relacionados com a sinalética e a limpeza na Freguesia, nomeadamente a sinalética e railes de proteção na estrada que liga Santa Ovaia à Ponte das Três Entradas. Há zonas da estrada que estão bastante desprotegidas e por isso a nossa preocupação. A estrada de Vila Pouca da Beira também é outra estrada que tem os mesmos problemas.

Referir também que já ouvi dizer que a requalificação da Estrada Nacional 230 iria ser feita em breve e por isso gostaria de saber quando é que a obra se inicia até porque há uma grande preocupação para se fazer a estabilização dos taludes. O piso da estrada está muito danificado e não nos garante nenhuma segurança principalmente durante a noite.

Relativamente às obras de saneamento básico na Ribeira de Santiago queria questionar o Sr. Presidente da Câmara se estas obras estão previstas e qual o ponto de situação. Esta obra é uma das reivindicações das pessoas que residem na Ribeira de Santiago.

Relativamente à Casa Mortuária de Vila Pouca da Beira nós gostaríamos e avançar com a empreitada porque a Casa Mortuária faz muita falta e por isso gostaríamos que o Sr. Presidente da Câmara nos desse alguma informação relativamente a essa matéria.

Dizer ainda que a União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira carece de estabilização de solos e taludes e limpeza das linhas de água. A União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira tem cerca de setecentos e cinquenta hectares e toda ela com uma inclinação bastante acentuada. Estas linhas de água e os solos estavam estabilizados com a vegetação entretanto com os incêndios e com os efeitos secundários os solos perderam a estabilização e as linhas de água já estavam esquecidas e com falta

de manutenção. É necessário encaminhar estas águas para que não venham a danificar as zonas agrícolas.

Gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara relativamente à reflorestação na União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira porque continuo a ver tudo cinza. Com o auxílio da Câmara gostava de arranjar uma forma de incentivar as pessoas mais jovens. Esta iniciativa da McDonald's foi uma excelente iniciativa mas precisamos de mais iniciativas desta ordem.

Para finalizar a minha intervenção gostava de solicitar ao Sr. Presidente da Câmara para agendar uma reunião na nossa sede para debatermos algumas questões e para tentarmos resolver outras questões que se encontram pendentes.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Pretendia nesta intervenção fazer um agradecimento à McDonald's Portugal pela oferta das árvores ao Concelho de Oliveira do Hospital mas, entretanto, o agradecimento já foi efectuado por esta Assembleia Municipal.

Depois, gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara relativamente à questão da Extensão de Saúde de Avô. Sabemos que o processo está em andamento e por isso gostaria de saber como é que está o apoio da Administração Regional de Saúde em relação ao equipamento e se já tem previsto a data de inauguração. Diariamente sou abordado por várias pessoas que me questionam quando vai iniciar a funcionar a nova Extensão de Saúde até porque na actual Extensão de Saúde as pessoas, nomeadamente os idosos, têm alguma dificuldade para subir os degraus e a nova Extensão de Saúde é ao nível do chão.

A outra questão que quero colocar é relativamente à Praia Fluvial de Avô. Sabemos que está a decorrer um concurso mas o verão aproxima-se e a Praia Fluvial da Ilha do Picouto está em muito mau estado.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Dizia Fernando Vale, referência política deste País, que quando se fala de valores e de princípios fala-se sempre bem.

Assistimos a um debate, feito por duas bancadas, nesta Assembleia que a torna demagógica, populista, mentirosa, tentam ludibriar os seus concidadãos

com argumentos falsos, levantar suspeitas. Esta forma de estar na política não é aceitável.

A política é uma causa nobre, é uma causa para gente intelectualmente grande e os Senhores não estão a ser intelectualmente honestos. Esta, sim, é a castração da oposição. Vocês vêm utilizar argumentos perniciosos, inventam, mentem, levantam suspeitas.

Essa forma de estar na política era há uns anos atrás. Há uns anos atrás quando um Ex-Presidente da Câmara do PSD se referia ao actual mentor do PSD local dizendo que era um energúmeno armado em aborígene. Esta forma de estar na política também se aplica ao actual CDS.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui umas breves palavras: Primeiro quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara por ter dado “luz verde” à ligação de água para abastecimento ao povos do Parceiro, Barroca, Covão e Alentejo. Assim, a partir de agora os habitantes daquelas aldeias começam a ter água com qualidade nas suas torneiras e a ter uma melhor qualidade de vida.

Queria agradecer também ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador Dr. José Francisco Rolo pelo apoio que nos deu na viagem das Aldeias de Sonho. Primeiro agradecer ao Dr. Dr. José Francisco Rolo pela madrugada que fez para estar presente no dia da nossa partida, às sete da manhã estava em Rio de mel a desejar-nos uma boa viagem.

Depois a presença do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vice-Presidente no jantar que partilharam connosco na zona do grande Porto e que foi para nós uma honra terem estado connosco os Autarcas máximos do nosso Concelho. A população de Rio de Mel agradece a vossa presença e em nome da Junta de Freguesia também o nosso muito obrigado.

A viagem correu excelentemente bem superou as nossas expectativas e até podemos dizer: As Aldeias de Sonho é um nome bem escolhido e por isso dou os parabéns à Fundação Inatel pela excelente viagem que nos ofereceu e pela excelente organização.

Deixo aqui um aviso: Se alguma vez alguma aldeia do nosso Concelho for convidada a concorrer ao Programa das Aldeias de Sonho deve fazê-lo e não hesite porque só tem a ganhar.

Deixava também aqui um agradecimento às forças de segurança, ao destacamento da Lousã e ao destacamento de Oliveira do Hospital, que

mantiveram a aldeia segura durante os dois dias da nossa ausência. Para eles também o nosso muito obrigado.

Também pretendia falar sobre a sinalética mas já dois colegas falaram nisso e creio que o Sr. Presidente da Câmara está atento e em breve vamos ter a sinalética nas nossas estradas, e a marcação das mesmas, para dar uma nova imagem ao nosso Concelho.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Não vejo da parte da oposição, quer seja do PSD, quer seja o CDS, que agora continua a ser PSD, e por isso é um regresso ao passado, o que vejo é o regresso a um filme que vocês já todos viram e que é o Regresso ao Passado. Só vejo passado, não vejo futuro nenhum. Há um problema em Oliveira do Hospital na área da Saúde, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo resolveram-no, e agora que o resolveram já não está bem! Não se percebe! Quando se resolve e se arranjam soluções, está mal! Mas o que é que querem? Ou não sabem o que é que querem?”

É inaceitável e inacreditável que se levantei suspeições sobre o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo. Eu não aceito isso! Se há pessoa íntegra e totalmente dedicada ao Município é o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo. Quem quiser fazer isso ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo também o está a fazer a mim e a muitos de nós. É inaceitável o que se diz aqui!

Meus amigos, se vai haver IP3, e vai haver, isso deve-se ao Governo PS. O troço do IC6 que existe hoje deve-se ao Governo PS e o IC6 que vai existir deve-se ao Governo PS. O PSD nunca fez uma obra de futuro que ligue o interior ao litoral. Criticam as obras mas não as fazem.

Quanto à água vocês também devem estar de acordo com o Presidente da Nestlé. Ele disse há dias na Comunicação Social que toda a água devia ser bem paga e que não devia ser pública. Dou-vos os parabéns por defenderem o Presidente da Nestlé!

Quero agora falar numa questão mais séria que nos toca a todos. Trago aqui a proposta de um Voto de Pesar pelo falecimento de António Arnaut.

Como vocês sabem António Arnaut faleceu recentemente vítima de doença prolongada. António Duarte Arnaut nasceu a 28 de janeiro de 1936 no Concelho de Penela, na Freguesia de Colmieira. Advogado e político. Foi Deputado da Assembleia Constituinte, Deputado da Assembleia da República,

Vice-Presidente da Assembleia da República, Ministro dos Assuntos Sociais no segundo Governo Constitucional, Grão Mestre do Oriente Lusitano.

Desde jovem que se envolveu na oposição ao Estado Novo. Participou na Comissão Distrital da Candidatura de Humberto Delgado, candidato à Assembleia Nacional pela Comissão Democrática Eleitoral. Foi militante da Ação Socialista e co-fundador do Partido Socialista. Exerceu diversos cargos na Ordem dos Advogados. Autor dos Estatutos da Ordem dos Advogados. Foi um dos Fundadores do Circulo Cultural Miguel Torga. Fundador da Associação Portuguesa dos Escritores Juristas. Vogal no Conselho Superior de Magistratura. António Arnaut além de advogado e eminente político foi também um excelente escritor com várias obras publicadas na área da poesia, ficção e outras, onde se destaca uma publicação, que é a mais importante para todos nós, sobre o Serviço Nacional de Saúde, do qual foi fundador e podemos até dizer que foi o pai do Serviço Nacional de Saúde.

Deixei-me agora realçar a importância do Serviço Nacional de Saúde: O seu carácter de universalidade tendencialmente gratuito; Acessibilidade para todos; Melhoria da esperança de vida na qual Portugal se destaca; Esperança de vida à nascença. Portugal é um dos Países com melhores índices de esperança de vida à nascença. Apesar do que se fala, Portugal tem um dos melhores Serviços de Saúde a nível internacional.

Pelos relevantes serviços prestados, António Arnaut, foi agraciado com o Grau de Oficial da Ordem da Liberdade em 25 de Abril de 2004 e, mais recentemente, pelo actual Presidente da República foi agraciado com a Grande Cruz da Ordem da Liberdade no dia 7 de Abril de 2016, nas comemorações do Dia da Saúde.

Pela humanidade da sua vida, pela dedicação às causas públicas numa entrega sem igual, proponho um Voto de Pesar a António Arnaut, pai do Serviço Nacional de Saúde.

Proponho à Comissão de Toponímia Municipal a atribuição do nome de António Arnaut a uma artéria desta cidade.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente à questão que foi feita pelo Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, quero dizer que a Sra. Presidente da Assembleia Municipal já solicitou informações e na próxima Sessão da

Assembleia Municipal ela dará a resposta às questões efectuadas sobre os donativos dos Senhores Deputados para a Conta Solidária das Vítimas dos Incêndios.

Passamos de seguida à discussão da proposta do Voto de Pesar pelo falecimento de António Arnaut e da proposta à Comissão de Toponímia Municipal para atribuição do nome de António Arnaut a uma artéria desta cidade.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a esta proposta apresentada pelo Deputado Carlos Inácio eu acho que é uma proposta séria e que refere o nome de um homem que independentemente de ser Socialista é uma figura Nacional.

Não vou falar sobre António Arnaut mas não é demais dizer-se que António Arnaut é o homem, é a figura, do nosso Serviço Nacional de Saúde. Se todos nós, hoje, temos um Serviço Nacional de Saúde como temos, com deficiências, logicamente, porque não há nada perfeito, mas pelo menos somos dos melhores do mundo em termos de Serviço Nacional de Saúde prestado à nossa população, a ele se deve.

Quanto ao Voto de Pesar eu acho que é de toda a justiça, quanto à eventual atribuição do nome de António Arnaut a uma artéria desta cidade de Oliveira do Hospital eu também acho que é de toda a justiça. E quanto a esta questão não tem que haver pruridos nenhuns porque já em tempos idos foram atribuídos nomes a artérias da cidade de outras personalidades políticas como por exemplo Adelino Amaro da Costa, Sá Carneiro e por isso não sei qual é o problema. Deixem-se desses pruridos porque nós temos que reconhecer as figuras de peso que contribuíram para o bem-estar das nossas populações.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Deixou-nos António Arnaut.

Partiu o Homem mas permanece o legado imorredouro de um lutador por causas, de um resistente antifascista, de um construtor de um Portugal mais moderno, mais justo e progressivo, que tão bem se traduz no Serviço Nacional de Saúde, a maior obra social da democracia, de que foi fundador.

Partiu o Homem mas fica, inscrita nas pedras e na consciência coletiva, a mensagem de um advogado de valores, livre, empenhado, solidário, e que honrava a toga como poucos.

Partiu o Homem mas permanece a obra do poeta e escritor de enorme talento.

Partiu o Homem mas a voz intrépida do fundador do Partido Socialista, referencial ético dos Socialistas e da República, ecoará, para sempre, na defesa da justiça social e daqueles que não têm voz.

Partiu o Homem mais ficam as inúmeras “obras valorosas” que, há muito, o haviam libertado da lei da morte.

Atrevo-me ainda a recordar que este Homem da Ética Republicana era também um homem sereno, humilde como só os grandes sabem ser, de sorriso fácil, franco e aberto e dotado de um humor fino. Sorriso que oferecia a todos nós, jovens advogados, sempre com uma palavra de ânimo e de conforto para enfrentar as agruras desta profissão que é extraordinariamente exigente.

Recordo uma expressão que ele usava muitas vezes: “*Nem sempre a Lei realiza o Direito e que só Direito justo protege os fracos e os oprimidos.*”

Homens assim não morrem.

Esta Assembleia não fará mais do que a sua obrigação em reconhecer por unanimidade o louvor que um homem desta grandeza teve ao serviço de um Portugal democrático. E não tenho dúvidas nenhuma em dizer-vos que qualquer artéria desta cidade ficará de certeza absoluta mais bonita com o nome de António Arnaut.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Gostaria também de dizer duas palavras: Ao longo destes quase quarenta anos que já estou nesta Assembleia passaram por aqui muitos momentos como este, onde foram referidas pessoas que representavam sobretudo o País, e houve sempre a tentativa de todos nós de honrar o homem em si e não as afinidades políticas. Neste caso penso que a proposta essencial que foi feita pelo Carlos Inácio seria essa.

Portanto, deixo à vossa consciência honrar o homem e não pensar na base social, política e partidária de onde as pessoas partem.”

De seguida foi efectuada a votação da proposta do Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. António Duarte Arnaut, que foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje esta Assembleia é especial devido a tudo o que aqui foi dito. Eu achava que não era possível que alguém quisesse ganhar eleições a destruir os outros ou através da desgraça alheia.

Hoje, pela primeira vez, vi, aqui, gente a querer ganhar eleições, como o líder do PSD, à custa da desgraça alheia e à custa dos incêndios. Acho que não é um bom princípio e digo-lhe: Não vá por aí!

As pessoas esqueceram-se da maior tragédia que aconteceu a este Concelho e querem que ao fim de oito meses todos os problemas inerentes a essa catástrofe estejam resolvidos. Isso não é possível e eu também não tenho capacidade para fazer milagres.

Não tenho capacidade para fazer milagres mas é povo que me encontra na rua que me estimula e que me dá uma palavra de conforto para eu continuar nesta luta e na defesa dos mais desprotegidos juntamente com a minha equipa e os Senhores Presidentes de Junta, que também têm tido um papel determinante, assim como as IPSS, porque este é um trabalho colectivo, é um trabalho de todos. Nem tudo foi feito mas muito foi feito!

Nas várias deslocações pelo nosso Concelho há pessoas que me dizem “*ainda bem que o Senhor é o Presidente do nosso Concelho*” e, para mim, este é o maior elogio que me podem fazer. Isso é que me vale e são estas pequenas palavras que me dão estímulo para continuar a fazer mais e melhor. Eu não fico enclausurado no castelo como outros ficavam no passado.

Hoje até foi afirmado que havia fome no Concelho e eu pergunto aos Senhores Presidentes de Junta se conhecem alguém que passe fome nas vossas Freguesias? Se há alguém que passa fome nós temos que resolver esse problema.

Parece que o PSD não tem ideias próprias e depois copia o que outros dizem. Lamento esta postura e não gosto de misturar todo o PSD porque as afirmações vêm do Presidente da Comissão Política do PSD que é Deputado Municipal. Também fez aqui umas insinuações e disse que o Sr. Presidente almoça com empresários.

Quero dizer que almoço com muitos empresários mas eu não tenho negócios particulares e vivo só do meu ordenado.

Digo mais, sempre defendi e privilegiei as empresas do Concelho de Oliveira do Hospital e não posso aceitar insinuações de uma pessoa qualquer por me ver a jantar com empresários. Tenho jantado com muitos empresários e, não vou para longe, janto com eles à frente de toda a gente.

De vez em quando reúno-me com os empresários dos têxteis para saber das dificuldades deles porque também é o papel do Presidente da Câmara Municipal e, por isso, não sou um Presidente que se esconde porque sou um Presidente que não tem medo.

Agora vou abordar as grandes questões que foram aqui colocadas e depois dou as respostas às questões mais particulares.

Começo por um assunto que nos importa a todos: O problema da recuperação das primeiras habitações.

Este processo pode ter-se atrasado, pelo menos em trinta dias, porque o Presidente da Câmara tentou junto da CCDR que fossem as empresas de Oliveira do Hospital a fazer estas obras. Estas adjudicações para a recuperação das habitações danificadas pelos incêndios podiam ser adjudicações diretas porque são concursos que não obedecem ao novo Código das Contratações Públicas.

Quero informar que trinta casas estão prontas e estão todos os trabalhos já realizados e feito o pedido de pagamento à CCDR. Muitas destas obras, que eram pequenas obras, foi a Câmara Municipal que pagou.

Agora foram adjudicadas sessenta e sete obras em primeiras habitações a duas empresas. Uma das empresas é de Manteigas e a outra é de Famalicão. Estas empresas já iniciaram os trabalhos e têm as suas filiais na Zona Industrial onde cada uma alugou um pavilhão.

Dizer-vos também que saiu uma nova Portaria muito interessante deste nosso Governo e que está relacionada com a recuperação das segundas habitações que foram danificadas pelos incêndios.

Acho que esta Portaria é muito interessante porque este Governo arranjou uma maneira brilhante para passar toda a responsabilidade da recuperação das segundas habitações para as Câmaras Municipais. As Câmaras Municipais terão que fazer empréstimos com juros reduzidos e com pagamentos em vinte anos. Estes empréstimos têm um período de carência de dois anos.

Meus caros amigos, aquilo que proponho é o seguinte: Primeiro devemos recuperar as primeiras habitações e depois é que devemos pensar nas segundas habitações.

Relativamente à recuperação das casas de segunda habitação, na minha opinião, o Governo tem que atuar de maneira diferente e a minha reivindicação junto do Governo é esta: Depois de estar feito todo o levantamento dos custos o Governo tem que dizer qual é o apoio para as segundas habitações. Não chega vir dizer para as Câmaras se endividarem porque depois quem vier a seguir não faz nada porque está a pagar os empréstimos.

Na minha opinião devemos concentrar-nos na recuperação das primeiras habitações e depois iremos às segundas habitações. Também acho que há determinados casos que devemos ajudar na recuperação das segundas habitações nomeadamente as habitações que as Juntas de Freguesia atestam que os proprietários vinham cá frequentemente, e que passavam cá bastante tempo, e, por isso, devemos dar prioridade às casas das pessoas que vinham frequentemente à sua terra.

O Governo a mim não me dá ordens. Eu sou obrigado a cumprir com a legislação mas a legislação não obriga as Câmaras a fazer os empréstimos para a recuperação das segundas habitações. As Câmaras fazem esses empréstimos se quiserem. A Câmara Municipal tem autonomia própria e, por isso, não recebo ordens do Governo. Na minha opinião, o Governo quis “lavar as mãos” relativamente à recuperação das segundas habitações para não fazer esforço financeiro. Não acho isso correto.

Como disse, acho que devemos resolver os problemas com as primeiras habitações e a seguir devemo-nos concentrar e ver o que é que se faz nas segundas habitações. “*Roma e pavia não se fez num dia*”, por isso, há muitas coisas para fazer. Há outros que acham que podemos fazer tudo num ápice depois da maior tragédia no nosso Concelho. Não é possível, e oito meses é muito pouco tempo. Para mim, às vezes, parece-me que foi há oito dias.

Realizar todas as obras necessárias em oito meses não é possível até porque há um grande desgaste e grande dificuldade pela vivência de grande Stress. Os Senhores Presidentes de Junta sabem disto porque são os que estão mais perto das populações. Todos os dias surgem problemas e temos ainda muitos para resolver mas estamos a resolvê-los. Já fizemos muito! E não foi o Presidente da Câmara que fez muito, fizemos muito todos juntos. Para mim tem sido uma honra trabalhar com os Presidentes de Junta da maneira como temos trabalhado.

Ouvi aqui algumas intervenções que são uma demagogia brutal. Há aqui Deputados que também têm terrenos na aldeia como eu tenho. Eu já mandei limpar os meus terrenos na aldeia e paguei cerca de quatrocentos euros pelo

trabalho do trator. Há pouco tempo voltei lá e já estão a precisar outra vez de limpeza. Há pessoas que já têm esta experiência mas há aqui pessoas que não sabem o que é isso e se calhar também têm terrenos mas não os mandam limpar.

Sobre a limpeza das bermas das estradas quero dizer-vos que elas já estão a decorrer na zona do Alva e também entre o Santuário da Nossa Senhora das Preces e a Ponte das Três Entradas. Na próxima semana acabará a limpeza das bermas na estrada Oliveira do Hospital/Felgueira Velha. Estes trabalhos foram adjudicados a pessoas que estão coletadas.

Dizer ainda que houve alguns atrasos no arranque destes trabalhos devido às alterações do novo Código das Contratações Públicas e por isso tivemos que arranjar alternativas.

Também todos sabemos que estas chuvas têm feito crescer as ervas de forma descontrolada.

Sobre a substituição da sinalização e placas de informação quero dizer-vos que este trabalho não se faz quando o Presidente quer porque tem de haver um concurso. Agora, e devido ao novo Código das Contratações Públicas, a realização destes trabalhos têm muito mais dificuldades.

Dizer ainda que o concurso já decorreu, já foram abertas as propostas, e agora as empresas ainda têm cinco dias para reclamar. Penso que o concurso será homologado na próxima segunda-feira, se não houver reclamações, e estaremos em condições para assinar o contrato. Com certeza na próxima Sessão da Assembleia Municipal de setembro já não vêm falar sobre a substituição dos sinais. Dizer-vos também que eu gostava de ter este assunto resolvido há mais tempo.

Estrada Nacional 17 e Estrada Nacional 230: Sobre a Estrada Nacional 230 tenho aqui uma comunicação das Infraestruturas de Portugal que passo a ler: *“Reportando-me à sua comunicação, alertando para a necessidade de limpeza na EN 230 e para a existência de buracos nas imediações da Freguesia de Avô, que mereceu a nossa melhor atenção, informamos V. Exa. que os trabalhos de ceifa de ervas e limpeza de bermas têm o seu início previsto no segundo semestre de 2018.*

Esclarecemos ainda ter sido lançado procedimento concursal para beneficiação do pavimento da estrada em referência, prevendo-se que a empreitada tenha início no final do 3º trimestre do corrente ano.”

Se as Infraestruturas de Portugal não fizerem as obras, espero que não me venham responsabilizar. Eu fiz o meu trabalho mas eu não respondo pelas

Infraestruturas de Portugal. Vou estar atento e se as obras não avançarem vou alertando porque é essa a minha obrigação. Perceba-se isso.

Agora vou dar esclarecimentos mais individuais.

O Sr. Deputado Raúl Dinis fez aqui uma pergunta muito importante relacionada com a taxa de saneamento de águas residuais e, como sabem, foi aqui aprovado por unanimidade um Regulamento para que Oliveira do Hospital atinja um determinado objectivo ambiental. Como também sabem, o que destruiu as linhas de água e o que destruiu a água dos nossos poços foram as fossas sépticas. Antigamente havia água potável nos nossos poços e hoje não há. As fossas sépticas ao drenarem para os terrenos fazem com que a água fique imprópria.

A ERSAR recomendava que atingíssemos determinados patamares ambientais e a partir de agora quem tem fossas sépticas está obrigado a despejá-las para que não drenem para os terrenos. Por isso a Câmara Municipal adquiriu um carro para a descarga de fossas, que custou duzentos mil euros. Agora todas as pessoas pagam taxa de saneamento de águas residuais e as pessoas que têm fossas sépticas podem despejá-las gratuitamente.

Não sei se sabem mas nas zonas onde há rede de saneamento a lei obriga a que se faça a ligação à rede de saneamento.

Dizer ainda que aprovámos aqui uma taxa social para as pessoas que têm menos rendimentos, que normalmente são as pessoas reformadas. Para usufruir da taxa social é necessário fazer um requerimento que pode ser feito nas Juntas de Freguesia.

O objetivo destas medidas é melhorar o ambiente no Concelho e como a taxa de saneamento de águas residuais está ligada ao consumo de água isto vai provocar um consumo mais racional porque a água é um bem essencial.

O Eng.º Rafael perguntou-me se eu estava disponível para aumentar a água e eu quero dizer-lhe que não. Durante este meu mandato não haverá mais nenhum aumento nas nossas tarifas.

Penso que as nossas tarifas estão baratas e desafio-vos a comparar as faturas de água com o Município de Tábua ou com o Município de Santa Comba Dão, com o Município do Carregal do Sal, com o Município de Nelas, com o Município de Seia.

Na minha opinião eu acho que há aqui um equilíbrio.

Referir também que temos ainda um défice tarifário no lixo e no saneamento. O nosso défice tarifário no saneamento é devido às chuvas e às infiltrações.

Também não sei se sabem mas a Câmara Municipal está a colocar onze ilhas ecológicas novas para separação de lixo porque em dois mil e vinte e três o lixo indiferenciado só pode ser de 5%. O País tem que se preparar porque vai haver uma grande transformação.

Acho que nos vamos conseguir equilibrar mesmo defendendo que não vou aumentar as tarifas e vou dizer-vos como:

Colocámos diversas entidades a pagar 50% da água que gastam, nomeadamente as Juntas de Freguesia, as Associações, as IPSS, para que todos tenham controlo com o que se gasta.

Como já disse ainda temos um défice no lixo e no saneamento mas a água já se paga por ela e, por isso, na minha opinião vai ser fácil equilibrar as contas.

Sobre a Estrada Nacional 17 quero dizer que ouvi muitas reclamações quando as obras corriam mal. Até parecia que nós é que éramos os culpados. Mas aquela obra é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal e eu não fui ouvido nem achado, não dei nenhum parecer, ninguém me chamou. O que devemos exigir é que se alcatroe tudo o que se possa alcatroar.

Vamos ter uma reunião por causa das obras de saneamento na EN 17 porque as Infraestruturas de Portugal estavam agora a tentar que nós pagássemos a obra na parte de cima e devem ser eles a pagá-la porque a estrada é uma obra deles e não é nossa, nem é nenhum projeto que nós lançámos.

A Sra. Deputada Maria Alice Antunes Mendes Gouveia colocou aqui uma intervenção com várias notas mas aquela que se ressalta é sobre a Central de Camionagem. Acredito que a nossa Central de Camionagem, como já aqui foi dito, tenha alguns defeitos que se possam vir a corrigir mas, deixei-me dizer com franqueza, nós estamos prestes a lançar a obra que vai requalificar todo aquele espaço na parte traseira. Ao requalificarmos aquela parte temos que resolver alguns problemas. É uma obra que rondará perto de um milhão de euros.

Também é preciso dizer o seguinte: Nós temos uma boa Central de Camionagem até porque em algumas Centrais de Camionagem, como por exemplo Lisboa e Coimbra, os transportadores pagam uma taxa e nós nunca fizemos isso.

A nossa Central de Camionagem não nos envergonha. Vergonha tínhamos nós no passado porque para ir apanhar uma camioneta tínhamos que andar de chapéu-de-chuva, aqui, junto ao Largo da empresa Júlio dos Santos. Isso é que era vergonha!

Desde que eu entrei na Câmara Municipal ninguém anda com um chapéu-de-chuva na mão para apanhar o autocarro.

Dizer ainda à Sra. Deputada Alice Gouveia que também não me parece que a Central de Camionagem seja um parque de estacionamento ou uma oficina de reparações.

Sobre a atribuição da Bandeira Azul à Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas quero dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que festejaremos no domingo porque este ano é o quinto ano consecutivo e por isso foi atribuída à Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas a Bandeira de Ouro.

O Sr. Deputado Municipal, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, disse na sua intervenção, quando se referia aos incêndios de outubro, que o nosso Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil que falhou.

Quero dizer-lhe que o nosso Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil não falhou e foi o nosso Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil que salvou muita gente. O nosso Plano de Emergência não conseguiu salvar todas as pessoas até porque não é possível juntar todas as pessoas e nem todas as pessoas acatam as ordens. Acionámos o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil no devido tempo e não precisamos de lhe mexer porque o Plano mantém-se atual. O nosso Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil salvou milhares de pessoas. Nós fizemos tudo o que lá estava. E isso para nós foi fundamental. O que me causa pena foi não termos conseguido salvar as pessoas todas do nosso Concelho.

Passo agora a palavra ao Vice-Presidente, Dr. José Francisco Rolo, para responder a uma dúvida colocada pelo Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, relacionada com a área da Saúde Mental”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Eu vou usar alguns dados do Relatório da Coordenadora da Unidade de Saúde Mental Comunitária, Dra. Célia Franco.

Esta Unidade de Saúde Mental Comunitária dá apoio nos domínios da Saúde Mental e, por isso, não estamos a falar de cuidados de saúde primários mas estamos a falar de cuidados de saúde ao nível de especialidade.

Felizmente Oliveira do Hospital, hoje, dispõe de uma equipa multidisciplinar Coordenada por uma Psiquiatra e que também é constituída por uma Psicóloga Clínica, por uma Assistente Social, com especialização na

área da Saúde Mental, por uma Enfermeira também com especialização nesta área, e que tem feito um trabalho de excelência, aproximando cuidados de saúde de especialidade da população do Concelho de Oliveira do Hospital.

Esta Unidade de Saúde Mental Comunitária numa primeira fase permitiu que um conjunto de cidadãos, fruto de várias circunstâncias, ficassem próximos desta resposta médica evitando ter que fazer viagens a Coimbra. Muitas vezes sabemos que há pessoas que estão em condição debilitada por depressão, ou doença mental grave, e, muitas vezes, auto inibem-se de apanhar um táxi, ou porque não têm recursos, ou porque há um abaixamento de expectativas e não há aquele impulso de se tratarem.

Com a criação desta equipa no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital aproximámos estes cuidados de saúde das pessoas. Houve um ganho em termos de saúde para as populações,

Passo a dar-vos alguns indicadores relativamente a dados de 2017:

Houve 310 utentes que foram seguidos pela Equipa de Saúde Mental Comunitária;

Foram realizadas 589 consultas das quais 179 foram primeiras consultas e as restantes 410 foram consultas de seguimento e acompanhamento a esses doentes que, como já disse, vão desde a simples situação de depressão até doença mental grave;

Outro trabalho feito pela Equipa de Saúde Mental Comunitária é a grande proximidade que desenvolveu com o Agrupamento de Escolas, com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e com situações que são encaminhadas pelo Gabinete de Ação Social, não só relativas a Saúde Mental como em situações ligadas a violência doméstica e acompanhamento de algumas situações em crianças e jovens.

Esta equipa não tem uma Pedopsiquiatra mas faz uma primeira avaliação que depois encaminha para os Serviços de Especialidade do Centro de Responsabilidade Integrada de Psiquiatria dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Também dizer-vos que desde 1 de janeiro de 2017 até 15 de março de 2018, 382 cidadãos do Concelho de Oliveira do Hospital, foram consultados e acompanhados por esta equipa. 72 primeiras consultas foram realizadas durante o primeiro trimestre de 2018.

Esta equipa tem dado acompanhamento às vítimas dos incêndios desde o dia 17 de outubro de 2017. 388 indivíduos estão referenciados como vítimas

dos incêndios e este acompanhamento e monitorização será dado por um período de três anos.

Não ficámos por aqui: Para além das cerca de 400 pessoas que esta equipa vai acompanhar durante três anos, e que estão referenciadas como vítimas dos incêndios, há também o apoio nas consultas de Saúde Mental a mais 500 pessoas, evitando que as mesmas se tenham que deslocar a Coimbra porque têm esses serviços de especialidade disponibilizados no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.

Há aqui um claro investimento no Serviço Nacional de Saúde de proximidade e com especialidade médica.

O Município de Oliveira do Hospital está a tentar estabelecer uma parceria com a Unidade de Saúde Mental Comunitária e com outras Instituições do Concelho para criar mais três novas respostas no Concelho: Uma unidade que permita o internamento de longa duração, uma unidade Ocupacional e criar a resposta de Hospital de Dia.

Concluo dizendo que tudo isto é um evidente ganho em termos de prestação de cuidados de saúde em Oliveira do Hospital.

O Centro de Saúde de Oliveira do Hospital está valorizado e, mais importante do que isso, esta equipa criou rede com outras entidades do Concelho para criar outras respostas que vão ao encontro das necessidades da população.

Agradecer também ao Sr. Presidente da Câmara pela possibilidade de dar conhecimento deste Relatório à Assembleia Municipal. Muitas vezes temos a uma perspetiva crítica e depreciativa sobre os Serviços de Saúde Públicos do Concelho e, neste caso, houve uma evidente melhoria e qualificação dos serviços. A população, garantidamente, está mais bem servida.

Para aqueles que às vezes criticam e afirmam que o Município procura soluções no serviço privado está aqui um exemplo que o Município se alia ao Serviço Nacional de Saúde para criar respostas para as necessidades da população.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero ainda abordar aqui dois temas. Um é sobre o parque de estacionamento subterrâneo e as festas que lá se realizam e outro é sobre as obras na Sede do Agrupamento de Escolas.

Estamos preocupados com o número de dádivas porque não conseguimos um lugar ou um pavilhão para libertar o parque de estacionamento subterrâneo. São milhares de coisas que não se conseguem entregar porque já não há procura e temos que encontrar solução. Não podemos agarrar nas coisas que nos foram oferecidas e agora pomo-las na rua e deixávamo-las destruir. Se calhar alguns criam isso mas nós não queremos isso.

Defendemos muito a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital mas depois quando os nossos jovens estudantes querem fazer uma festa critica-se porque lhe cedemos o parque de estacionamento subterrâneo para fazerem a festa. Para mim é o sítio ideal porque não há vizinhos a fazer queixas por causa do ruído. Quando os estudantes fazem festas noutros lados as pessoas fartam-se de fazer queixas.

Os estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital trazem vida à cidade e promovem a economia local. Alguns querem os miúdos cá e dizem que a Escola Superior tem uma importância estratégica mas depois quando fazem as festas, o que é natural naquelas idades, vêm criticar e ligam para a GNR e para o Presidente da Câmara para fazer queixas.

Eu gostava era de ter mais barulho e mais jovens estudantes em Oliveira do Hospital.

Relativamente às obras na Sede do Agrupamento de Escolas quero dizer ao Eng.º Rafael que não foi por acaso que eu fiz aquele ultimato. Vou mostrar-lhe uma coisa muito interessante: Hoje dia 29 de junho foi publicado um despacho, assinado por três Secretários de Estado, por causa desta obra.

O despacho diz o seguinte: “... *No referido despacho, no quadro constante do ponto 1, na 23ª linha, 2ª coluna, referente à identificação do projeto, onde se lê “ES Oliveira do Hospital” deve ler-se “AE Oliveira do Hospital.”*”

Porque é que esta obra não avança?

Eu não gosto de ser mártir, nem gosto de assumir responsabilidades que não são minhas. Quando as responsabilidades são minhas eu não tenho medo de as assumir.

O responsável pelo atraso das obras na Sede do Agrupamento de Escolas é o Ministério da Educação.

A obra vai realizar-se e isso deve-se a uma pessoa chamada José Carlos Alexandrino. Digo-vos mais, a Escola Secundária José Falcão em Coimbra, que é uma escola que está no meio da cidade, não ficou com dinheiro nenhum para a sua remodelação.

Dizer-vos ainda que a Câmara Municipal já adjudicou as obras do Agrupamento de Escolas com o empreiteiro há já quase um ano.

Tive que fazer um ultimato ao Sr. Ministro e disse-lhe que se o processo não avançasse que ia anular o concurso e não fazia a obra.

Também tenho que dizer que o PSD não concordou com as obras e não queria que a Câmara Municipal investisse 7,5 % do valor das obras. O PSD defendia que quem tinha que fazer as obras era o Ministério da Educação, mas para mim as obras na Sede do Agrupamento de Escolas são muito importantes porque vão proporcionar melhores condições para os nossos jovens.

O que me preocupa é que eu adjudiquei a obra identificando-a como Escola Secundaria, ou seja, ES. Agora querem que a identificação seja Agrupamento de Escolas, ou seja AE. Neste momento já estamos a trabalhar com a Dra. Cristina Oliveira da DGESTE para ver como é que vamos ultrapassar isto!

Agora quero responder à intervenção feita pelo Sr. Deputado Nuno Rafael Oliveira Dias: Ó Nuno Rafael, tu és um rapaz novo. Tu até comes bem. O problema foi como terminaste. As tuas críticas são bem-vindas. Eu quando tinha a tua idade era pior do que tu, por isso, não te preocupes!

Quero dizer-te que não é correto utilizar os bens doados para as vítimas dos incêndios para fazer política porque foi essa a ideia que tu passaste.

Também te quero dizer que é difícil fazer a gestão dos bens doados porque têm que existir critérios muito claros e justos.

Relativamente à questão referente à lista dos bens doados tenho que dizer que é uma tarefa difícil porque há muitos bens. Acho que devíamos fazer alguns contentores para enviarmos bens para Países que necessitassem. Nós não conseguimos entregar todos os bens doados e estamos a precisar do espaço onde estes bens estão armazenados. A quantidade de bens doados é um drama e os nossos funcionários passam muito tempo a transportar bens quando são necessários para outras tarefas.

Ninguém falou aqui nas Marchas Populares mas eu quero dizer que as Marchas Populares foram um acontecimento muito importante. A Sra. Vereadora e a sua equipa estão de parabéns, como também estão de parabéns todas as Associações e IPSS que participaram. Foi uma grande noite que juntou milhares de pessoas.

Nesse dia o nosso Encarregado Geral das Obras que é um trabalhador de excelência, é um dos melhores trabalhadores, se ganhasse mais do que o Presidente da Câmara não havia problemas, e infelizmente sofreu um acidente e

ainda está em coma induzido. O nosso Encarregado é o António Figueiredo a quem eu desejo todas as melhoras.

Relativamente à questão sobre alienar a quota da BLC3 o que eu disse foi o seguinte: A Câmara Municipal neste momento não está a subsidiar a BLC3. Eu não disse que não tínhamos subsidiado.

A minha ideia é clara. Se a BLC3 neste momento precisar de alguma ajuda nós não lhe podemos dar ajuda por causa da Lei nº 50. As instituições que são participadas pela Câmara não podem ter subsídios.

Acho que devemos sair da BLC3 porque se quisermos ajudar a BLC3 neste momento não temos condições legais para o fazer. Só por isso.

Sobre o IC6 quero dizer que estive numa reunião com o Sr. Ministro das Infraestruturas e na próxima segunda-feira vou ter uma pequena reunião com o Sr. Primeiro Ministro e com o Sr. Ministro das Infraestruturas. Esta reunião está relacionada com as obras no IP3. Nestas reuniões eu nunca deixarei de recordar o IC6.

Relativamente à questão sobre os pontos para carregamento dos carros eléctricos quero informar que o Ministério do Ambiente publicou uma portaria onde concedeu dois pontos de carregamento para carros eléctricos. aguardo que o Ministério do Ambiente os coloque.

Sobre as empresas de Oliveira do Hospital e sobre o número de trabalhadores da Altice quero dizer-vos que o número de trabalhadores é maior do que o número que foi referido.

Fico espantado com algumas intervenções porque quando estou com o Presidente da Câmara Municipal de Viseu ele farta-se de enaltecer porque tem no seu Concelho a Altice. Quando falo com o Presidente da Câmara de Castelo Branco ele farta-se de enaltecer porque tem no seu Concelho a Altice.

Aqui, para a bancada do PSD, parece que aquilo que é bom para Viseu e Castelo Branco não é bom para Oliveira do Hospital.

Relativamente às obras do Centro Cultural da Casa da Cultura César de Oliveira congratulamos as obras e esperamos que sejam rápidas porque o Centro Cultural está a fazer falta a Oliveira do Hospital.

Dizer ainda que a Casa da Cultura César de Oliveira vai ser encerrada amanhã dia 30 de junho.

Dizer-vos também que no dia 2 de julho, às dezassete horas e trinta minutos, vamos colocar aqui uma pequena placa porque comemoramos os 25 anos da elevação de Oliveira do Hospital a cidade e por isso estão todos convidados.

Relativamente à questão colocada pelo Presidente da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Eng.º Bruno Amado, relacionada com a Ribeira de Santiago, quero dizer-lhe que na próxima quinta-feira vou ter uma reunião com a Diretora do POSEUR para ver se consigo financiamento para resolver estas obras que também são necessárias em vários bairros do Concelho, como por exemplo em Lagares da Beira e Alvôco das Várzeas.

Relativamente à estabilização dos taludes também queria dar aqui uma nota: A Câmara Municipal fez uma candidatura no valor de mais de dois milhões de euros, a Sra. Eng.ª Teresa Dias acompanhou todo este processo, e a CAULE também fez uma candidatura para a estabilização dos taludes.

Como existiam duas candidaturas para a estabilização dos taludes teríamos que retirar uma.

A CAULE é uma Associação do nosso Concelho que já tem Zonas de Intervenção Florestal e, por isso, nós achámos por bem retirar a nossa candidatura.

Relativamente à questão relacionada com a Capela Mortuária de Vila Pouca da Beira, eu também gostava de esclarecer aqui o seguinte: Neste momento estamos a fazer várias Capelas Mortuárias, nomeadamente em Chamusca da Beira, Seixas da Beira e Avô.

Relativamente às condições de financiamento para este tipo de obras eu fui bem claro e os princípios foram iguais para todos. A Câmara determinou que o subsídio máximo para as Capelas Mortuárias é de trinta mil euros e que estas obras deveriam ter um limite de sessenta mil euros.

Por isso, a Câmara Municipal irá subsidiar a obra da Capela Mortuária de Vila Pouca da Beira com o valor de trinta mil euros porque é o valor com que subsidiou todas as Casas Mortuárias.

Relativamente à Aldeia dos Sonhos quero dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano, que para mim também foi uma honra ter acompanhado a população de Rio de Mel. A Câmara Municipal preparou a candidatura da aldeia de Rio de Mel ao programa das Aldeias de Sonho promovido pelo INATEL. Rio de Mel reunia todas as características das Aldeias de Sonho e para nós foi também um grande orgulho ter sido eleita. Não fizemos mais do que a nossa obrigação e, por isso, fomos também a Viana do Castelo para agradecer ao INATEL a visibilidade que deram ao nosso Concelho com a atribuição deste prémio das Aldeias de Sonho.

Não sei se deixei alguma pergunta por responder mas penso que a maior parte das dúvidas ficaram esclarecidas e, por isso, da minha parte é tudo.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Passamos de seguida para o Período de Intervenção do Público e por isso dou a palavra ao Sr. João Cruz.

Como já lhe disse da próxima vez o Regimento será completamente posto a funcionar. Tem sete minutos para fazer a sua intervenção e por isso limite-se a ler o que está escrito.”

De seguida iniciou-se o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. João Cruz que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, foi público que a CCDR iria lançar concurso para a reconstrução de setenta e sete habitações, no valor global valor de nove milhões, setecentos e noventa e dois mil euros, e que serão feitas por uma empresa de Famalicão. Assim sendo, porque não foram entregues estas mesmas obras às empresas do nosso Concelho?

Sr. Presidente, até á data de hoje ainda não está nada publicado no *site* da CCDR, assim sendo será mera miragem ou será mesmo para fazer?

Se nós fizermos bem as contas, nove milhões, setecentos e noventa e dois mil euros a dividir por setenta e sete casas, dá um total de cento e vinte sete mil, cento e sessenta e oito euros e oitenta e três centímetros, vendo isto vão-se construir pequenas mansões ou esta empresa e cada casa irá ganhar para fazer duas?

Como está a situação das segundas casas de habitação? Sabendo que foi aprovado no Orçamento de Estado de 2018 que os Municípios se poderiam endividar e para isso existe uma linha de crédito especial para esse efeito.

Sr. Presidente a situação da nossa saúde em Oliveira do Hospital continua caótica ficamos sem as urgências em tempo diurno qual o ponto da situação sobre este assunto?

Temos visto nestes últimos tempos a nossa autoridade, nomeadamente a GNR a cadastrar as pessoas que percorrem todos os dias a cidade e o nosso Concelho. Assim sendo, o que é que este Executivo já fez sobre esta situação?

Consta-se por aí que o Sr. Presidente recusou uma proposta da vinda de dois artistas famosos ao nosso Concelho, nomeadamente a Paula Fernandes e o Anselmo Ralph. Uma parte das receitas iria para o futebol clube de Oliveira do

Hospital e o Senhor recusou. Porque é que o Sr. Presidente recusou este evento?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer ao Sr. João Cruz que não ganhou nenhuma eleições. Se tivesse sido eleito teria toda a legitimidade para fazer as intervenções que tem feito. As intervenções que aqui faz são de carácter político e não são de carácter pessoal.

Todas estas pessoas que estão aqui foram a eleições e ganharam o lugar para fazer as suas intervenções. A Assembleia Municipal tem normas de funcionamento que estão no seu Regimento.

Gosto de lhe responder mas isso não lhe dá o direito para vir aqui fazer o que quer. Estamos numa democracia mas a democracia é uma construção de regras e os nossos direitos acabam onde começam os direitos dos outros.

Vou responder-lhe às perguntas que são de carácter pessoal e, relativamente à questão sobre a GNR, já lhe perguntei se tinha sido multado.

Falou também que foi ao Centro de Saúde e que na altura tinha um médico mas que agora já não tem.

Relativamente à GNR quero dizer-lhe que tenho tentado dialogar para que as coisas melhorem, contudo a atuação da GNR não é da competência do Presidente da Câmara. Também lhe digo que há coisas que me desagradaram e já me manifestei, a quem de direito, o meu descontentamento.

Desde que a GNR atue dentro da lei a Câmara Municipal não tem o direito de intervir.

Relativamente ao Centro de Saúde continuo a defender que devemos ter um Serviço de Urgência durante vinte e quatro horas. Todos devemos lutar para que o Concelho de Oliveira do Hospital tenha um Serviço de Urgência das oito horas da manhã às vinte horas da noite.

Sabem o que é que está a acontecer no nosso Concelho? Muitas pessoas esperam pela noite para ter ir ao Serviço de Urgência na Fundação Aurélio Amaro Dinis.

Relativamente à última pergunta quero dizer-lhe que se contam muitas coisas por aí e eu aprecio mais a música da Paula Fernandes. Digo-lhe ainda que aquilo que ouviu é mentira e, por isso, quem lhe deu essa informação enganou-o.

Também quero dizer ao Sr. João Cruz que sempre que quiser colocar questões de carácter pessoal eu estarei sempre pronto para lhe responder.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A Câmara Municipal acabou de fazer um pagamento de quatrocentos e trinta e um mil euros como adiantamento às obras da Casa da Cultura. Esperamos ser ressarcidos em 85 % no prazo de cerca de um mês.

A despesa continua completamente controlada. O pagamento aos fornecedores também está controlado e por isso continuamos com as contas equilibradas.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui perguntar o seguinte: Sou Deputado eleito pelo PSD e por isso não sei se a pergunta que lhe vou fazer é incriminatória para a Câmara. Já ouvi, aqui, comentários de que os Deputados do PSD só falam em assuntos difíceis e porque este Executivo é exemplar não deve ser criticado.

Estive a analisar o Resumo do Balancete das GOP's por Objetivos, estamos praticamente a meio do exercício, e o grau de execução é de 11,93 %.

Acho que o grau de execução é muito baixo para o exercício que decorre e por isso gostava de saber se esta percentagem vai ser alterada e se vai haver outros investimentos.

Claro que o grau de execução tem a ver com o Orçamento e com o Plano apresentado. Aquando da apresentação do Plano e Orçamento nós votámos contra porque achámos muito exagerado e demasiado ambicioso o valor apresentado no Plano e Orçamento para 2018. Nos documentos apresentados podemos ver que o financiamento definido para as GOP'S é de vinte e cinco milhões, trezentos e sessenta mil, setecentos e trinta e oito euros.

Gostava de saber se o Plano e Orçamento vão ser cumpridos?

Relativamente ao Mapa dos Empréstimos a Médio e Longo Prazo podemos verificar que em 31 de dezembro de 2017 o capital em dívida era de um milhão de euros e agora o capital em dívida aparece com o valor de dois milhões de euros.

Estes dois milhões de euros são referentes ao empréstimo de curto e médio prazo que foi feito para obras no ano de 2018?

Na última Assembleia havia um milhão de euros que ainda estava no banco e por isso queria saber se esse valor já foi utilizado para o pagamento das obras que estão a decorrer ou que já terminaram?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dizer ao Sr. Deputado João Esteves o seguinte: O Sr. Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD, o Sr. Deputado João Brito, no início desta Sessão da Assembleia Municipal já me acusou de falta de ambição e agora o Senhor Deputado vem-me acusar de ambição a mais.

Relativamente à questão sobre o grau de execução das GOP's quero dizer-lhe que os incêndios de 15 de outubro tiveram, de certa forma, alguma influência no lançamento de algumas obras. Dizer ainda que a entrada em vigor do novo Código da Contratação Pública também nos trouxe alguns problemas e ainda nos estamos a adaptar e a pedir alguns pareceres jurídicos que têm sido caríssimos. Os nossos mecanismos já estavam habituados ao anterior Código da Contratação Pública e agora mudou tudo.

Gostava de ter lançado mais obras como por exemplo a obra do Parque dos Marmelos, a obra da envolvente à Central de Camionagem.

Não deixa de ser verdade que os problemas relacionados com os incêndios nos obrigaram a parar.

Sobre a utilização da verba de um milhão de euros, gostava de recordar o seguinte: Quando eu entrei a anterior Câmara do PSD tinha deixado dois milhões de euros, que não tinham utilizado, e tinham ficado obras adstritas a esta verba, e quando tentámos pagar fomos penalizados em duzentos e cinquenta e quatro mil euros porque o empréstimo não foi negociado.

Como eu disse a taxa de execução logicamente que tenderá a melhorar a partir de agora mas, quer queiram quer não, houve algumas obras que sofreram alguma temporização por causa da resolução dos problemas que estão subjacentes aos incêndios.

Também quero dizer ao meu amigo e Deputado João Esteves que não acho que este Executivo esteja isento de críticas. Não foi isso que eu disse. A crítica é salutar para a política porque faz-nos acordar.

O que é mau para a política é quando todos dizem que somos os maiores e que não cometemos erros. Isto mata-nos politicamente.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de verbas - Apoio às freguesias - Investimentos de capital 2018, no montante global de 254.816,00 € (duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos de dezasseis euros).

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Foram feitas reuniões com todas as Juntas de Freguesia e por isso esta verba destina-se a apoiar os Investimentos de Capital nas Freguesias e será utilizada em obras que ficam assinaladas num protocolo.

No âmbito da descentralização de competências é esta a verba que está combinada com as Juntas de Freguesia.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“O PSD, principalmente o Sr. Deputado João Brito, ficam muito incomodados com estas coisas.

Vou dar-vos um conselho: Não fiquem tão incomodados porque isto é bom para as Freguesias. É bom para as populações. São investimentos para as populações poderem usufruir.

Os Presidentes de Junta, no passado, não tinham esta verba. Noutros tempos idos e de má memória. Muito má memória.

Mais uma vez venho congratular o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo pela descentralização de competências nas Freguesias e com a atribuição desta verba para Investimentos de Capital.

A Câmara Municipal já fez a transferência para as Juntas de Freguesia da verba para as despesas correntes e agora vem a verba para os investimentos de capital.

A transferência desta verba para investimentos é importante para as Juntas de Freguesia e é importante para os Srs. Presidentes de Junta porque têm os seus compromissos com as populações e querem também mostrar trabalho. No passado só alguns mostravam trabalho. Havia outros que não conseguiam mostrar nada porque não lhes era dada a possibilidade para isso pelos anteriores Executivos Camarários, como todos nós sabemos.

Sr. Presidente, mais uma vez venho regozijar esta tomada de posição.

Isto é que é democracia, meus amigos. Isto é a verdadeira democracia a funcionar.

Sr. Presidente da Câmara continue neste caminho porque eu acho que está bem e faço votos, seja quem for que vier a seguir, que se mantenha esta postura.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Faço parte de uma Junta de Freguesia com fracos recursos financeiros e, se não fosse esta política de descentralização que este Executivo tem mantido desde a sua tomada de posse, teríamos sérias dificuldades para fazer obras nas nossas Freguesias.

Nunca é demais enaltecer o que é feito agora e é bom ir lembrando o passado.

Reitero os agradecimentos, em nome da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, pelos apoios que o Executivo Municipal nos tem proporcionado porque só assim podemos ter mais confiança perante as grandes dificuldades que temos no nosso dia-a-dia.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Nesta intervenção quero simplesmente dar-vos dois apontamentos:

Primeiro - De facto o Executivo Municipal pode ser criticado por todos nós. Nós temos a obrigação de fazer crítica construtiva. Eu próprio o tenho feito ao longo dos tempos. A questão que aqui se coloca é a forma como vocês fazem a crítica porque ela tem sido populista, demagoga, etc.

Estes apoios às Freguesias revelam uma gestão a pensar nas pessoas em que o protagonismo é dividido pelo Executivo da Câmara e pelos dezasseis Presidentes de Junta, sem exceção. Todos são apoiados para realizar as obras que necessitam nas Freguesias e antigamente alguns recebiam, os que eram alinhados com o Ex-Presidente de Câmara, os que eram desalinhados, ou que não eram da mesma cor eram recebidos nas escadas e não recebiam qualquer apoio.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Na minha perspectiva este dinheiro ainda não é suficiente para as Freguesias.

Hoje já há uma autonomia ligeiramente diferente mas seria bom que o Executivo fosse aumentando este valor para dar mais autonomia às Freguesias.

Defendo que as Freguesias deviam ter mais dinheiro mas também deviam ter mais competências.

Na minha opinião há uma verba que não tem sido muito bem gerida: A atribuição do subsídio de cem mil euros às Juntas de Freguesia tem como finalidade acabar com os subsídios suplementares e, por isso, para o ano a Câmara Municipal vai propor quais são os eventos que podem, ou não, ter subsídios.

Defendo a descentralização de competência para que os Presidentes de Juntas não andem de chapéu na mão. As verbas atribuídas, em conjunto com os subsídios suplementares, ainda são uma verba considerável. É preciso termos consciência que há uma quebra de receitas nos impostos municipais que também está relacionada com os fogos, como por exemplo o IMI. E não podemos querer duas coisas, não podemos querer ter “sol na eira e chuva no nabal”. Ou temos uma coisa, ou temos outra.

O meu compromisso é claro. O meu compromisso é de equilíbrio financeiro. Esse é um princípio que temos tido e é um princípio que vamos seguir. Eu acho que isso é fundamental.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de verbas - Apoio às freguesias - Investimentos de capital 2018, no montante global de 254.816,00 € (duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos de dezasseis euros), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Travanca de Lagos, como apoio à aquisição de um “braço - limpa bermas” para o trator da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, no montante de 5.000,00 € (cinco

mil euros), mediante a celebração de um protocolo de cooperação entre este Município e a Freguesia de Travanca de Lagos.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A atribuição deste subsídio à Freguesia de Travanca de Lagos para apoio à aquisição de um braço limpa bermas foi objeto de celebração de um protocolo de cooperação entre o Município de Oliveira do Hospital e a Freguesia de Travanca de Lagos. É um subsídio que a Junta vai pagar.

Como sabem, os trabalhos de limpeza de bermas são pagos ao quilómetro e, por isso, entendo que a aquisição deste equipamento pode ser rentabilizado.

Com a atribuição deste subsídio a Junta de Freguesia de Travanca de Lagos fica obrigada a efetuar trabalhos para o Município até perfazer o número de quilómetros correspondentes ao valor do subsídio e quando estiverem feitos os quilómetros correspondentes aos cinco mil euros passarão a ganhar dinheiro. O valor acordado foi de trezentos euros ao quilómetro.

Todas as outras Juntas podem fazer o mesmo desde que tenham tratores.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Porque temos a preocupação da limpeza e a manutenção e segurança nas vias de comunicação, a Junta de Freguesia de Travanca de Lagos decidiu adquirir um braço limpa bermas.

Entendemos que a aquisição deste equipamento pode ser rentabilizado servindo também algumas áreas e espaços de Freguesia contíguas. É um desafio que poderá ser replicado por outras Juntas de Freguesia.

O trabalho cooperativo e em rede ente as Juntas de Freguesia parece-me ser um caminho a seguir porque nem todos podemos ter tudo.

Quero agradecer ao Sr. Presidente por nos ter dado este subsídio e o por nos ter dado esta sugestão para realizarmos este trabalho cooperativo e em rede ente as Juntas de Freguesia.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“O PSD concorda com esta posição da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e da Câmara Municipal. Entendemos que poderá dar lugar a outras parcerias com outras Juntas.

Por isso, aqui fica o nosso desafio para que outras Juntas de Freguesias façam uma parceria com o Município igual a esta.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Qualquer Junta de Freguesia pode fazer uma parceria igual a esta com a Câmara Municipal.

A minha proposta foi a de rentabilizar o equipamento e, como disse, quando estiverem feitos os quilómetros correspondentes aos cinco mil euros referentes ao subsídio atribuído, passarão a ganhar dinheiro porque a Câmara Municipal pagará à Junta de Freguesia. A Câmara também paga estes serviços a empresas privadas e para nós até é mais fácil porque podemos pagar com subsídios.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara, estas parcerias ou protocolos de cooperação só abrangem este equipamento ou podem ser feitas também para outro tipo de equipamentos?”

A Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira tem boa relação com todas as Juntas e particularmente com a Junta de Freguesia de Aldeia das Dez e existindo a possibilidade de adquirirmos equipamentos para fazer determinados serviços a um custo inferior poderia ser uma hipótese a considerar.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Desde que o equipamento seja para utilização colectiva as parcerias podem ser feitas mas precisamos de saber quais são os equipamentos.

Dizer ainda que a Câmara Municipal está sempre disponível para fazer bons negócios.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Travanca de Lagos, como apoio à aquisição de um “braço - limpa bermas” para o trator da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros), mediante a celebração de um protocolo de cooperação entre este Município e a Freguesia de Travanca de Lagos, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto IV está relacionado com a obra de requalificação e beneficiação da área norte da cidade na zona envolvente à Central de Camionagem. Esta obra tem uma duração de nove meses. A verba para esta obra não estava prevista e como ela vai ser adjudicada precisávamos de fazer a repartição de encargos porque a obra ainda vai entrar no ano de 2019.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Vou votar favoravelmente porque esta obra é muito importante.

Dizer ainda que era importante colocar parquímetros em algumas zonas da cidade.

Relativamente aos eventos e iniciativas culturais, nomeadamente as Marchas Populares penso que devemos dar um louvor à Sra. Vereadora da Cultura. As Marchas Populares em Oliveira do Hospital foram mais um grandioso evento que muito dignificam o nosso Concelho. Muito obrigado.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente relativamente a este Ponto IV gostaria que nos esclarecesse o seguinte: Na documentação de suporte deste Ponto IV aparece o

valor do financiamento e depois aparece-nos, supostamente, a dotação corrigida e os valores são iguais.

Estávamos à espera de ver no financiamento definido o que é que alterava em relação ao corrigido. Ou seja, queremos saber o que é que foi alterado de um para o outro. Foram só os quatrocentos mil euros que saíram do objecto 7 para o objecto 5? Nós não conseguimos entender isto!”

Seguidamente, o Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, deu a palavra ao Dr. Francisco José dos Santos Rodrigues para prestar as informações solicitadas:

“Este projecto de requalificação e beneficiação da área norte da cidade, estando previsto nas GOP’s de 2018, não tinha nenhuma previsão de valor para 2019. A partir do momento em que a execução desta empreitada vai implicar a realização de despesa em 2019 é preciso que haja previsão orçamental.

Foi necessário fazer uma revisão orçamental precisamente para criar rúbrica em 2019.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Queria agradecer a vossa disponibilidade, a vossa atenção, a vossa simpatia para com esta Mesa. É normal que haja sempre algumas coisas quando nós não queremos compreender a atitude dos outros.

Da minha parte peço desculpa se houve alguma coisa e é claro que V. Exas. estão sempre desculpados.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo dezoito horas e quarenta minutos, o Sr. Presidente da Mesa em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____
Primeira Secretária, que a subscrevi.

(Presidente em regime de substituição) _____

(Primeira Secretária) _____

(Segunda Secretária) _____